

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA N.º 69

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e noventa e sete, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na primeira reunião da sessão ordinária do mês de Fevereiro, sob a Presidência do Primeiro Secretário António Sousa Dinis Correia, em substituição do Presidente e Secretariado pelo Vogais José Alberto Martins de Carvalho e Ernesto Carlos Rodrigues Barros, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, em substituição dos titulares dos cargos e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, Artur Lopes Lobo, Gonçalo Nuno Caetano Alves, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Álvaro Patrício do Bem, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18.00 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madaíl, Élio Manuel Delgado da Maia, Rogério da Silva Leitão, João Pedro Simões Dias, João Gabriel Ferreira Santos, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Raul Ventura Martins, João Ferreira da Peixinha e Libério da Silva Santos.

Seguidamente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados, pelos Vogais, Diogo Manuel Soares Machado, Álvaro Patrício do Bem, Custódio das Neves Lopes Ramos, José Maria Dias da Silva, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Carlos Manuel da Silva Santos, João Pedro Simões Dias, Manuel Simões Madail, Artur da Rosa Pires e João Tavares Duarte, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra leu a ordem de trabalhos da Sessão Ordinária do mês de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

" 1 - *Comunicação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal;*

2 - *V Bienal Internacional de Cerâmica Artística - Alteração ao Regulamento;*

3 - *Projecto de Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestações de Serviços;*

4 - *Projecto de Regulamento Municipal dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais;*

5 - *Criação de um Registo de interesses de acordo com a Lei 28/95 de 18 de Agosto".*

Seguidamente deu nota de toda a correspondência recebida, informando os Sr. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia, as seguintes actas:

Acta n.º 56 Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por unanimidade.

Acta n.º 57 Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e cinco votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 58 Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e cinco votos e uma abstenção.

Acta n.º 59 Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e quatro votos a favor e duas abstenções.

De seguida entrou-se no período regimental de antes da ordem do dia:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal Manuel António:

"Eu gostaria neste período antes da ordem do dia, de expressar um voto, que gostaria que fosse secundado por toda esta Assembleia, tenho a certeza que o será. Um voto de pesar pela morte do Professor Dr. Padre Arménio Alves da Costa Júnior; que faleceu recentemente. E queria relevar aqui o trabalho que ele desenvolveu aqui na Cidade de Aveiro e na região de Aveiro, apesar de não ser oriundo desta região. O importante é que o trabalho dele foi feito aqui nesta nossa região e foi um trabalho que é louvado por todos e deixou as suas marcas nas Paróquias por onde passou (na Paróquia da Vera Cruz, na Paróquia da Glória, no Centro Universitário Fé e Cultura da Universidade de Aveiro). Para além disso, o Padre Arménio, foi também impulsionador da recém criada "Orquestra Regional das Beiras". Penso que, por isto tudo, nós temos que lamentar a sua perda".

Vogal Filipe Brandão:

"Antes de mais, cumpre-me também associar-me a esta intervenção do Professor Manuel António. Penso que não será demais, enaltecer a figura do Padre Arménio. Penso que já estarão em curso algumas diligências, no sentido de promover condignamente e de o celebrar, e penso, obviamente então, que uma moção deste tipo fará todo o cabimento e esperando que seja aprovado por unanimidade, faço desde já público o meu voto de pesar pela sua morte. Posto isto, penso que é suposto que eu enquanto Autarca, enquanto político, exija da parte do Sr. Presidente da Câmara, que se manifeste publicamente quanto ao teor das

recentes intervenções, designadamente, da declaração de voto de vinte e sete de Janeiro de 1997, da Sr.ª Vereadora da Cultura, a Dr.ª Maria da Luz. Declaração de voto essa que, começo por a enaltecer. De facto, quanto à substância ela revela um acerto total. Se padece, por assim dizer de algum pecadilho, é apenas quanto ao momento, penso que, obviamente, nada do que lá vem dito é novo, não se justificando assim, que só três anos volvidos no exercício autárquico da Sr.ª Vereadora e a poucos meses do próximo acto eleitoral, se permita, vir pela primeira vez expressar o seu pensamento. Já o podia ter feito, não obstante, congratulamos que o tenha feito. Mas, as acusações que levanta ao exercício autárquico, em termos urbanísticos, da maioria do PP, são de tal forma graves, gravidade que acresce do facto de vir do responsável do pelouro da Cultura, portanto, de quem suposto ter uma perspectiva cultural sobre essa evolução, que refere, que esta Câmara se tem preocupado apenas com interesses de massificação. E há uma frase que me permito destacar que "em Aveiro o que perturba não é opção pela transformação ou substituição, mas a má qualidade que passou a existir, a desenfreada vontade de preencher maciçamente todos os vazios". Não é comportável que um Presidente da Câmara, se permaneça silencioso perante tais considerandos. Vossa Ex.ª ou os refuta, ou num acto de contrição os aceita, ou "tertium nudator" como sei dizer-se. Portanto, aguardo desde já que Sua Excelência o Sr. Presidente da Câmara, se pronuncie sobre isto, para novamente sobre este tema me pronunciar".

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais: Lourenço Martins dos Santos, Artur da Rosa Pires e Virgínia Celeste da Silva Veiga.

Vogal Fernando Marques:

"Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ora, é evidente que não podia ficar indiferente, ao falecimento do Sr. Padre Arménio. Estou inteiramente de acordo, quer em meu nome pessoal, quer em nome do Executivo da Glória, e penso que também posso falar em nome da respectiva Assembleia de Freguesia, naquilo que foi dito, quer pelo Professor Manuel António, quer pelo Sr. Dr. Neto Brandão. Penso que é oportuno, realmente, o voto de pesar que esta Assembleia não vai naturalmente recusar por unanimidade ao Padre Arménio. E lembrando-me também, de alguém que, infelizmente, já desapareceu deste mundo há uns meses atrás. Pouco tempo depois do falecimento de João Sarabando, desse Aveirense, desse homem importante da Freguesia da Glória, eu sugeri nesta Assembleia que a Câmara pensasse no futuro, num nome de uma rua, de uma praça, de um largo, qualquer coisa, em sua memória, em sua honra. Com muito orgulho, embora triste, por razões óbvias, integrei

uma manifestação de pesar que há dias o Partido Comunista promoveu no Cemitério central a João Sarabando. E tenho conhecimento de que está em preparação um livro de João Sarabando "Cagaréus e Ceboleiros", a editar em Maio. Penso que a Câmara, poderia nessa altura, concretizar, se assim o entendesse, a sugestão que em devido tempo aqui deixei. E adiantava mais Sr. Presidente da Câmara, se calhar o local ideal, não tão importante como se calhar a imagem de João Sarabando, mas tinha um significado simbólico, seria a confluência das ruas Aires Barbosa, onde ele viveu, a Dr. Mário Sacramento e da rua Oita. Aquele triângulo, penso que estão a ver, próximo da Lacticoop. É uma sugestão que fica, a Câmara dar-lhe-á ou não o devido seguimento".

Vogal Nuno Tavares:

"Sr. Presidente, eu permitia lembrar-lhe também outro acontecimento, que se passou há muito poucos dias. Comemorou-se o décimo aniversário da morte do Dr. José Afonso. Eu tive a honra de ser contemporâneo dele, andei em várias noitadas e várias serenatas com ele, tive ocasião de o conhecer pessoalmente e no seio também do velho orfeão académico de Coimbra, ter convivido com ele. É uma figura, perante a qual eu me curvo muito respeitosamente como cidadão, como adversário político, como homem que sempre respeitou profundamente e sobretudo como artista. Eu quero em segundo lugar, referir-me à intervenção que teve o Dr. Filipe Brandão. Eu não tinha isto presente, da qualificação de desastres urbanísticos que a nossa querida amiga, Sr.^a Vereadora da Cultura tinha qualificado tudo aquilo que se tem visto ao longo dos últimos anos por Aveiro. E ouvi, e não posso deixar de lembrar que, ao longo destes sete anos, por várias vezes, tive ocasião de criticar acerbamente todo este desastre urbanístico. Agora, eu nunca responsabilizei foram os Técnicos. A responsabilidade é Política. E agora esta afirmação e esta apreciação de desastres urbanísticos, está em contradição com aquilo que eu sempre ouvi do anterior Presidente da Câmara. É que urbanisticamente, Aveiro até estava muito bem. Vinham cá Ministros, se calhar semi-analfabetos, e achavam muito bem, que isto era muito bonito. Agora desta vez, um membro ilustre da vereação começa a estar em acordo e em sintonia connosco. Realmente o que se passou ao longo de dezena e meia de anos, é um verdadeiro escândalo de mau gosto, de muito subentendimento, que pode deixar entrever no meio de tudo isto. Como já ouvi qualificar a muita gente isto foi o "paraíso dos patos bravos", é o paraíso do cimento. Espaço verde é uma coisa que se esquece, que não existe, as ruas quanto mais estreitas, melhor (isto é para amanhã andarmos todos de bicicleta, todos os Aveirenses deviam andar de bicicleta. Se calhar é a sonhar com isto). Era esta, a par do primeiro voto de tristeza,

este voto de satisfação, pela sintonia que sinto de parte da Sr.^a Vereadora da Cultura".

Vogal Victor Mangerão:

"Eu congratulo-me por esta demonstração de elevado espírito democrático e de consenso à volta dos valores universais, que se registou hoje aqui. É que sem ninguém o fazia prever, por circunstâncias fortuitas que só o destino traça, infelizmente, de qualquer modo, vimos aqui enaltecer três personalidades, que entre si são díspares em termos ideológicos. Tiveram percursos completamente diferenciados, no seu tempo e na sua vivência e até na sua área de actuação: Padre Arménio, José Afonso e João Sarabando. Em comum tiveram ser pessoas mais ou menos, de uma forma ou de outra, ligados a uma matriz comum, que é Aveiro. Que o testemunho da sua memoração hoje aqui, tivesse sido dada precisamente por pessoas como o Sr. Fernando, que está na bancada do PP, o Dr. Nuno Tavares que está na bancada do PSD, o Dr. Filipe Brandão. Ou seja, de cada bancada espontaneamente e por mero acaso, porque é obvio que isto não foi combinado, surgiu este momento que eu considero extremamente dignificante, para aquilo que tem sido, mal grado, algumas pequenas coisas, para aquilo que tem sido um comportamento extremamente digno desta Assembleia Municipal, enquanto órgão verdadeiramente representativo dos interesses das vontades e dos valores de Aveiro e dos Aveirenses. Meus senhores, por mim como cidadão congratulo-me e dou-vos os parabéns por este momento. Mas quero já agora aproveitar, porque vem mesmo a propósito, se me permitem, muito brevemente, porque hoje faz onze anos que ele morreu, a figura do Dr. Francisco Vale Guimarães. Esse homem, que além do mais, até era de S. Jacinto, o sítio menos protegido pelo aveirismo dos Aveirenses, porque fica do outro lado do mar e tanto nos devia preocupar na sua pequenez e no seu isolamento quase insular. Esse homem que foi significativo para marcar uma palavra que hoje anda tão distorcida, tão esquecida e tão a necessitar de ser reaprendida noutros moldes, o Aveirismo. Esse homem que teve funções políticas efectivas, de profunda responsabilidade. Marcou o seu tempo e os homens que com ele conviveram. E fez a ponte entre aquilo que foi o regime anterior e aquilo que foi o regime que se sucedeu depois do vinte e cinco de Abril. E a prova foi, que quando morreu era mandatário do Dr. Mário Soares, que seria então feito, pela primeira vez, Presidente da República Portuguesa. Estas coisas não acontecem por acaso, não acontecem por meros dividendos politiquieiros, por oportunismos nem por interesses de qualquer espécie, em que apesar de todos os aspectos políticos, possivelmente polémicos da figura Dr. Vale Guimarães. Ele, como pessoa e como homem, mereceu de um homem e de

um político como Mário Soares, fosse o seu próprio mandatário, neste Distrito exactamente. Essa figura do Vale Guimarães, eu essa história das ruas, é uma problemática muito delicada, é muito chata. Porque há aí nomes entregues a ruas que já não representam nada, a não ser para os arquivistas e há ruas novas com nomes, completamente despidos de significados. Se nós aos nossos mortos que merecem ser lembrados e cujo o exemplo merece ser mantido, para as pessoas que vivem ainda, para os nossos mortos, mais não temos que dar umas placas nas esquinas das ruas, ou menos ofereçamos ruas com dignidade aos mortos, que na sua vida, mereceram dignidade para permanecerem vivos. E não andemos a dar nomes de pessoas boas, que foram importantes e que devem continuar a ser vivas, a becos ou a pracetas mal esquecidas. O Dr. Vale Guimarães, esta Cidade de Aveiro, que o via chegar todas as manhãs, para naquele Governo Civil agarrar verdadeiramente naquilo, que nunca, como então foi um Distrito, o Distrito de Aveiro. Se esta Cidade, mais não tem que dar-lhe do que uma praceta perdida ali atrás, que quase ninguém sabe onde é que fica, que é mais uma zona de estacionamento do que uma praceta verdadeiramente; nasceu nas traseiras de garagens, não foi nunca planeada por nenhum urbanista. Eu acho que está mal, ainda é tempo de mudar. Chamem àquilo praceta das flores, dos lilases, qualquer coisa, que não fica mal e ponham lá uns canteiros. Agora do Dr. Vale Guimarães não. E arranjem outra rua, que não faltam por aí zonas onde nascer ruas, mais adequadas e mais arejadas. Já agora vão pensando bem no nome, se não é necessário um referendo à população para o nome que se vai dar à famosa Avenida Central. Isto foi um desafio, não sei se vai ser esta municipalidade a resolvê-lo, se vai ser a próxima.

Sr. Presidente, o que me trazia aqui ao período antes da ordem do dia não era isto, que eu de qualquer forma tive muito gosto em desenvolver. Eram duas questões: Á relativamente pouco tempo, tomei conhecimento por mero acaso de um concurso público aberto pela Câmara Municipal de Aveiro e através do qual, se pretendia adquirir uma lancha de transporte fluvial para a Câmara Municipal de Aveiro. E constando nas respectivas regras do concurso, nas condições de concurso, quem adjudicasse a lancha ficava com direito ao transporte à Transria ou adquiria a lancha da Transria, eu já não sei bem. Isso, até é relativamente secundário porque com certeza o Sr. Presidente ou alguém da Câmara, estará em condições de explicitar e eu não vou polémizar sobre isso. O que interessa é que esse ponto me alertou, para a velha questão da Transria, em relação à qual, me parece que continua uma indefinição e que é lastimável que o mandato desses órgãos autárquicos se extinga, sem que essa definição fique alcançada. Em primeiro lugar, há uma situação de legalidade pura e simples: a Câmara, mesmo que isso não tenha preço,

nem tenha que pagar qualquer sanção por aí, a Câmara deve ser uma perseguidora da legalidade, porque a isso obriga a sua própria vocação. E nem há razão para não cumprir a legalidade. Eu tenho para mim, que permanece em situação de ilegalidade, a chamada sociedade por quotas Transria, adjudicatária, detentora do alvará de transportes fluviais entre o S. Jacinto e o Forte da Barra. Inicialmente no mandato anterior, foi constituída esta sociedade, (entrava os Estaleiros, Junta de Freguesia de S Jacinto e a Câmara Municipal de Aveiro). quotas iguais. Os Estaleiros entretanto deram o "berro". As lanchas eram dos Estaleiros. Como deram o "berro", ficaram três quotas, mas ficaram dois sócios. Quem ficou com a quota dos Estaleiros, foi a Câmara Municipal de Aveiro. E uma sociedade, quer uma sociedade mista porque tinha uma entidade privada e duas entidades públicas, ficou a ser apenas uma sociedade formalmente ainda privada, mas na verdade, apenas detida por entidades públicas. Começa aqui a ilegalidade. Acresce-se o seguinte, as lanchas nunca tinham entrado no património da Transria e foram adquiridas directamente por seis mil ou sete mil contos aos Estaleiros. E as lanchas são da Transria ou são da Câmara? Eu não sei se são da Câmara ou da Transria. Suponho que são da Transria? Não, não suponho. Porque a Transria parece-me que não tem património nenhum. São da Câmara. Mas, o pessoal que trabalha com elas, quem é? É da Câmara? Não é. É da Transria. Era o pessoal que anteriormente eram funcionários de estaleiros e hoje, aparentemente, são funcionários da Transria. Mas, a Transria vive com que receitas? Com as receitas do transporte fluvial, que faculta às pessoas que vão entre as duas margens? Parece que não. Todos os meses a Câmara Municipal, (um dos sócios apenas, neste momento com possibilidades de pagar) todos os meses a Câmara avança, exactamente com que verba, não sei. São mais de mil contos, mil e setecentos contos, não sei! De subsídio, chamemo-lhe subsídio, na verdade em termos de sociedade comercial do sector privado, não existe a expressão subsídio. Isto dir-se-ia que era suprimentos, suprimentos que são autenticamente créditos de um sócio sobre a sociedade. Simplesmente esta sociedade, nunca terá por onde pagar estes suprimentos ao sócio, ou seja, o sócio na verdade cria uma situação crescentemente credora sobre uma sociedade e esta está crescentemente devedora à sociedade, sem nunca o sócio poder ver um tostão daí, nem de uma maneira nem de outra. Ou seja, a Câmara está a meter dinheiro.

Mas dir-me-ão assim: mas é uma responsabilidade política, é uma responsabilidade administrativa da Câmara assegurar o transporte das pessoas de S. Jacinto, seja a que preço for. Se em vez de mil forem dez mil, pois que se meta lá dez mil contos. Aparentemente o argumento tem a sua razão de ser e no fundo, há um valor nesse argumento que tem que ser preservado. O que está aqui em equação é precisamente se os meios postos

pela Câmara para decidir esta questão têm sido utilizados da melhor maneira, e se não se perdeu já imenso tempo a desbaratar a possibilidade desta solução para este assunto ser resolvido. Concretamente basta isto, por exemplo, o problema do transporte se fazer apenas entre o S. Jacinto e o Forte da Barra e não entre S. Jacinto e Aveiro propriamente dito, como anteriormente se fazia. Sabem Vossas Excelências, e estes números foram facultados facilmente, foi facilimo obtê-los ali na rua. Há oitenta e sete passes escolares, todos os dias há oitenta e sete alunos que atravessam para um lado e para o outro. O passe escolar, pago por essa travessia, que equivale em dinheiro corrente 130\$00 na lancha, dá três contos e tal, mas eles ficam dependentes do transporte do Forte da Barra para a Cidade, através do Concelho de Ílhavo, e aí entra uma empresa de camionagem, que é detentora do alvará em exclusividade, e que estabelece um preço, de tal forma, que o passe, através dessa camionagem para esses mesmos alunos é de cinco contos e tal, mais do dobro. Agora, primeira questão é saber porque é que a lancha não faz o antigo percurso? Dir-me-ão porque se calhar demora muito tempo, porque as condições são piores nos canais. Eu não sei, são argumentos extremamente técnicos e que têm que ser assumidos e comprovados. Porque durante séculos, as lanchas saíam daqui, os alunos, como os outros utilizavam a lancha a partir daqui. Isto é uma situação gravosa que tem que ser definida e assumida. A situação da legalidade, eu à tempos pu-la aqui mais do que uma vez e disse: perguntem para a Comissão Regional do Centro, para que não haja dúvidas. Os assessores jurídicos lá, que resolvam o problema. Eu sei que a Câmara escreveu um ofício para a Região Centro indagando coisas várias. Eu não sei se nas coisas várias indagadas estava precisamente aquilo que se pretendia saber. É legal permanecer uma sociedade de direito privado em que duas instituições são procedimento da Câmara? Se perguntaram eu gostaria de saber qual a resposta, se não perguntaram deviam ter perguntado. Porque é desagradável que se mantenha esta situação de, a legalidade ilegal.

Fundamentalmente o que está em jogo é isto: Há um défice crescente por parte da Câmara, que não vê à distância a luz do túnel. Se a Câmara ainda vai chegar ao fim do seu mandato sem decidir, se assume definitivamente que os transportes fluviais devem ser municipalizados ou que deve haver outra solução. Pode passar pela concessão da exploração dos transportes, pela integração dos transportes numa forma de exploração mais vasta. Bem, essa é uma decisão que a Câmara tem que tomar rapidamente, não há razão para não tomar essa decisão rapidamente. Nem sequer é preciso haver grandes estudos económicos, ou grandes estudos políticos, ou administrativos, ou jurídicos. Depois destes anos todos está tão definido o núcleo do problema, que eu realmente não

vejo problema para a Câmara estar a protelar uma tomada de posição quanto a isso. Acontece no entanto, que esta problemática da Transria, não pode deixar de trazer à colação, um problema que sendo um bocado paralelo, está a imbricar tudo isto. Eu peço desculpa e aí dou um pequeno salto qualitativo. Agora imaginem este cenário: a Junta de Freguesia sócia da Transria decide, tanto quanto sei por modo próprio, ou seja, não foi já depois de haver Transria, de haver deliberação da gerência, de haver uma decisão fundamentada no estudo, etc. nada de isso. Tanto quanto eu sei, parece que encomendou uma lancha no estrangeiro, com características que nada tem a ver com as nossas velhas lanchas ou com os moliceiros, etc., uma lancha moderna. A lancha veio para aí, foi comprada através do sistema de leasing. Segundo ouvi dizer, não sei se é verdade se não, mas serei rectificado, terá custado qualquer coisa como sessenta mil contos. Haverá um contrato de leasing, porque ela foi comprada através de leasing. Em que a Câmara parece que não tomou parte na deliberação dessa aquisição, no entanto tomou parte na deliberação de ficar responsável por tal aquisição, e a Câmara é avalista perante a sociedade leasing do montante da lancha. Não sei se foi paga alguma primeira dessa prestação ou não, se foi deve ter sido uma coisa muito pequena. Parece que entretanto a lancha continua por pagar, parece que entretanto, a lancha continua propriedade da sociedade leasing, parece que entretanto, há anos que a lancha está para aí e não veio desempenhar nenhum papel do transporte fluvial, para que inicialmente podia ter sido adquirida. Parece também que não pode desempenhar muitos papéis, porque ela não tem permissão de navegabilidade dada pelas autoridades competentes. E não tem, porque quem pode pedir essa permissão é o proprietário e o proprietário continua a ser a empresa de leasing. E a empresa de leasing e muito bem, diz assim: enquanto não me pagar não levas licença para nada. E eu pergunto, quanto é que a Câmara neste momento, já está a dever a empresa de leasing, por conta de um aval que deu, para a aquisição de uma embarcação com aquelas características, cuja utilidade é tão pouca ou nenhuma, que há tempos houve um concurso público em que davam precisamente a retoma dessa lancha? E essa lancha parece que o máximo que alguém dava por ela, era dois mil ou três mil contos. Uma lancha daquelas. (é que segundo dizem, e se calhar é mentira, eu não acreditei. Essa lancha já tem navegado, mesmo sem autorização) É esta a situação que eu considero que a Câmara tem obrigação de moralizar, enquanto é esta Câmara. Não há necessidade nenhuma de deixar arrastar isto e transferir isto para os próximos responsáveis do próximo Executivo, mesmo que nalguns casos até se possam repetir esses responsáveis. Se é preciso colaboração da Assembleia Municipal, eu não quero falar pelos meus pares de todas as bancadas, mas certamente haverá aqui gente que

disporá de algum bocado livre e de boa vontade e de alguns conhecimentos assessórios para ajudar a Sr.ª Câmara, a resolver esta chatice. Porque uma coisa é certa, eu foquei aqui, em discurso corrido alguns aspectos, que alguns deles, tomados só por si e se fossemos ao "rasgadinho", Sr. Presidente da Câmara, podia dar uma grande chatice aqui dentro. Não vamos ao "rasgadinho", porque cada vez que estivermos mais próximo das eleições, toda a intensidade do discurso aqui, pode ser confundida com intenções de propaganda ou já de campanha. Isso é detestável e distorce tudo, e eu não quero que isso aconteça. Este problema, eu aflorei-o hoje aqui, porque é um problema velho, vem de trás, faz impressão, e acima de tudo de uma maneira ou de outra, quem não está a beneficiar com esta situação é a população de S. Jacinto. Mas, não é só a população de S. Jacinto, é também Aveiro. Porque cada vez Aveiro está mais à beira de perder a noção de que S. Jacinto ainda é Aveiro e isto é muita pena. De uma maneira ou de outra a Câmara tem que tomar a decisão. S. Jacinto é uma coisa pequena, durante tempos viveu à custa da empresa, que era os Estaleiros. A crise dos Estaleiros é o que está. A perspectiva para S. Jacinto é ter de depender de outras fontes de receitas, eu só vejo o Turismo assumido como fonte de receita efectiva para S. Jacinto, a menos que haja um milagre de um investidor qualquer que vá para lá. E nessa altura, o equacionar verdadeiramente a questão do Parque Municipal de turismo, que há bem poucos anos a Câmara não tinha, mas agora tem. Equacionar o problema do Aeródromo, que há poucos anos a Câmara não podia dizer que tinha e agora parece que tem. Equacionar tudo isso em conjunto, pode ser uma forma, de realmente começar a antecipar um futuro melhor para S. Jacinto e aí a Câmara tem de ter a primeira palavra e dar o melhor exemplo".

Entretanto, deram entrada na Sala, os Vogais: Joaquim dos Santos Abreu, Diogo Manuel Soares Machado e Victor Manuel da Silva Martins.

Vogal Armando Vieira:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, punha aqui duas questões de âmbito muito restrito, relacionados com a Junta de Freguesia de Oliveirinha. E perguntava claramente à Sr.ª Vereadora da área da Educação, para quando o jardim escola de Oliveirinha? Uma vez que, pelos contactos que tenho feito, há vários anos que andamos a pugnar por este melhoramento e ninguém liga, Sr.ª Vereadora. É bom que se resolva esta questão de uma vez por todas. E ao Sr. Presidente da Câmara, pedia-lhe uma tomada de posição clara sobre a questão dos pavilhões ginásio das escolas C+S, que estão em protocolo para construir no Concelho de

Aveiro. Quais são as prioridades Sr. Presidente? Eu há dias, como sabe, deve ter lido o ofício que lhe enviei, penso que estou a ser enganado. E se estou a ser enganado, coisa que eu não gosto que aconteça, gosto que sejam leis como eu sou, tenho que actuar em conformidade. Portanto pedia-lhe essa resposta.

Eu também me congratulo com as saudações da Dr.ª Maria da Luz, sobre os edificios da nossa pobre Cidade, no que respeita a edificios com qualidade arquitectónica, em números suficientes como vemos nas outras cidades. E dado que somos pobres temos que preservar o pouco que temos. Mas, Sr.ª Dr.ª Maria da Luz, como diz aqui este extracto de um jornal de há dias do Diário Regional, eles dizem bem: "Dr.ª Maria da Luz, Só agora?" ... Procurei indagar junto dos Serviços Técnicos o que se passava, e a resposta que obtive: "sabe nós os Técnicos, queríamos que aquele edificio se mantivesse de pé, mas como o edificio é de um político, fomos obrigados a demoli-lo". Foi demolido. Informem-se quem é o político, que os senhores sabem quem é. É do Sr. Vereador Belmiro Couto, o prédio em questão. E é inadmissível que tal tenha acontecido. E a Câmara, então, contra a vontade dos técnicos, deu cobertura a que isso acontece-se. Devo dizer-lhe, Sr. Presidente e perguntar-lhe também, em que pé está a construção daquele mamarracho encostado à Ponte de Pau, foi eliminado definitivamente, ou não foi? E agora, vou aqui lembrar uma coisa que eu falo há vários anos, que é situada na Avenida Central, que agora nota-se mais, depois da demolição daqueles edificios velhos. Dêem-se ao trabalho de pararem na Avenida Central, junto à Telecom e olhem para o lado do Museu e vejam se aquele prédio no gaveto da rua Combatentes na Grande Guerra com a Avenida Central, devia ter sido autorizado? Eu, na altura falei aqui nisso. E agora vejam a vergonha que ali está. O mesmo está a acontecer (ainda não vi bem a envolvencia porque ainda não parei lá) no ex-edificio da GNR, estão a construir um edificio em cima da Avenida. Vai desvirtuar o desenvolvimento daquela Avenida. A propósito de quê Sr. Presidente, com autorização de quem? E ainda uma outra coisa. Circulando ali no Eucalipto, no cruzamento com a 109, nós olhamos para quem sai daqui da Mário Sacramento, para a direita e vemos que aquela entrada da Cidade é uma entrada digna, desafogada, permite no futuro soluções de desnivelamento naquele cruzamento, que era o que já devia ter sido feito pela Câmara. Mas, olhando para a esquerda, vimos que autorizaram um edificio que condiciona qualquer solução de desnivelamento daquela via. Porquê Sr. Presidente? Porque é que aquele edificio foi autorizado a construir-se em cima da estrada praticamente, quando devia ter seguido um alinhamento paralelo ao edificio do lado direito? Bem, e agora deixem-me falar de uma questão que tem preocupado tantas pessoas que têm interesses ligado à orla marítima,

nomeadamente com as famigeradas taxas do porto de Aveiro, e lamentar que há dias o Sr. Secretário de Estado da Administração do território ao ser questionado sobre esta questão na Assembleia da república, limitou-se a dizer que era uma polémica estéril e de pouco interesse. Quem é o Sr. Secretário de Estado da Administração do Território, para vir dizer aos Aveirenses se aquilo é uma questão de pouco interesse ou de muito interesse? As taxas do porto de Aveiro, é lamentável e daqui o meu protesto por um membro do Governo responsável por esta questão, se atrever a dizer tal".

Vogal João Barbosa:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara, eu gostava de citar mais uma vez a descoordenação que existe, na maior parte das vezes, entre os Serviços Municipalizados e a Câmara. Acontece que na rua nova do canal, uma rua de muito movimento, onde passam constantemente camiões de sal, à coisa de três meses os serviços de água foram substituir a canalização. E neste momento não se pode passar lá, nem de automóvel, nem a pé, porque o "paralelo" foi levantado e continua tudo na mesma. Gostava também de falar na Rua do Arco, aqui na Beira Mar, que devido a uma construção que lá existe, a rua tem buracos de meio metro. E já agora, aproveitava para falar também na Ponte Praça, que continua a não haver vontade para arranjar-se os passeios e as pessoas continuam a cair e a escorregar. Em segundo lugar, gostava de felicitar o ilustre deputado desta Assembleia, Sr Salavessa. Por uma intervenção que fez na Rádio de Aveiro, sobre as funções do Presidente de Junta de Freguesia. Nele chamava à atenção da dignificação do cargo da sua competência e personalização. Insurgia-se e muito bem, quanto àquilo que na maior parte das vezes acontece, os Presidentes de Junta a fazer via sacra nos corredores da Câmara, para conseguirem muitas vezes alguma coisa para as suas Freguesias. Obrigado Sr. Salavessa, veio apoiar-nos no que temos feito diversas vezes nesta Assembleia, que é muitas vezes chamar à atenção da falta de consideração e respeito, que por vezes existe com os Presidentes da Junta de freguesia. Hoje li uma notícia no jornal e neste caso, gostava de felicitar a Câmara e o Sr. João Gaspar ao editar um novo livro sobre Aveiro, que tanta falta nos faz. E ao falar no livro sobre Aveiro e aproveitando a embalagem da Câmara e ao mesmo tempo do Dr. Victor Mangerão, ao lembrar aqui, nesta Assembleia um Aveirense ilustre. Eu chamava à atenção do seguinte: É o esquecimento que tem sido votado em Aveiro a um nome também ilustre e que tem que ser considerado, e é dos históricos de Aveiro. E refiro-me aqui a Manuel Firmino de Almeida Maia. Chamava a atenção para lerem a sua biografia, escrita por José Mendes Leite. Foi Regedor de Freguesia, Presidente da

Câmara, Governador Civil, Deputado às Cortes e mais tarde Conselheiro do Rei. Era considerado na época, o Pai dos Pobres. Naturalmente, este ilustre tem que ser considerado um dos mais ilustres Aveirenses. E muitas vezes pergunto-me, porque não existe uma placa na casa onde nasceu? E sendo assim, gostava de recomendar à Câmara e ao pelouro da Cultura, para que se fizesse algo de importante no dia em que se comemora os seus 100 anos de falecimento, que é nem mais nem menos, que trinta de Julho deste ano. E já agora, por último, fazer uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara. O que se passa com a reestruturação e a organização dos serviços camarários?"

Vogal António Salavessa:

" Sr.Presidente, Srs. Deputados, neste entretanto recebi uma carta, dirigida pelo Sr. Dr. Rogério Leitão (penso que, enquanto representante da CDU) sobre um inquérito da Associação Nacional de Municípios, relativo a novas competências que estão a ser negociadas entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios. Portanto, a transferência de novas competências para as Autarquias. Queria dizer que, agradeço muito este ofício. Entretanto a data a que ele foi enviado e a data apontada pela Associação Nacional de Municípios, inviabiliza uma resposta concreta, uma resposta ponderada a este documento. Daí que apelava a que a Mesa da Assembleia, informasse a Associação Nacional de Municípios, que este prazo deveria ser dilatado, tanto mais que o próprio prazo dado pela Associação é relativamente curto para um assunto desta importância. Queria de seguida associar-me ao voto de pesar pelo falecimento do Sr. Padre Arménio. Queria agradecer ao Sr. Presidente da Junta da Glória o ter tirado as palavras da boca, da evocação do João Sarabando e da questão então citada na Assembleia e que tinha de alguma forma, merecido o consenso e a aceitação da Câmara, da atribuição de uma rua ao nome João Sarabando. E associava-me às restantes evocações, nomeadamente à evocação de José Afonso. A tomada de posição ou o cumprimento que o Sr. Barbosa me transmitiu, acerca de uma crónica que fiz para uma rádio de Aveiro, agradeço, mas ela foi-me suscitada por um motivo especial. A intervenção do Dr. Victor Mangerão, hoje, sobre S. Jacinto, mais reforça a necessidade que tive em fazer essa crónica. Fiz essa crónica, falando do papel dos Presidentes da Junta e daquilo, que no meu entender, representa a presença dos Presidentes da Junta nesta Assembleia. Como sendo um forum municipal independente em que eles podem colocar de viva voz, os problemas e daquilo que é sentido na Freguesia sem ter que o tratar nos corredores da Câmara. Portanto, é o sítio, onde o Presidente da Junta pode e deve falar. É um sítio, em que pode e deve transmitir os problemas da população. E em relação a S.

Jacinto, penso que um dos grandes problemas que existe nesse afastamento sentido, de S. Jacinto em relação a Aveiro, é porque S. Jacinto não se faz ouvir por uma voz própria neste Forum Municipal, nesta Assembleia Municipal. Nós estamos na Reunião nº 66 deste mandato. Já fomos convocados sessenta e seis vezes. O Sr. Presidente da Junta de S. Jacinto, esteve cá cinco vezes, faltou sessenta e uma. Elas podem estar todas justificadas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mas é uma imoralidade um Presidente da Junta faltar sessenta e uma vezes à Assembleia Municipal e participar apenas cinco. Não me venham falar do isolamento de S. Jacinto, não me venham falar da distância de 50 Km de estrada, entre S. Jacinto e Aveiro. Não me venham falar disso, porque há Freguesias neste País, mais distantes das suas sedes de Concelho do que a Freguesia de S. Jacinto. E porque a deslocação do presidente da junta à Reunião da Assembleia Municipal é paga, é coberta. Se o Sr. Presidente da Junta tem carro próprio, recebe ao quilómetro para cá vir, e se o Sr. Presidente da Junta não tem carro que venha de taxi, que a Câmara paga, e se não houver taxis, penso que a Câmara lá deve pôr um carro oficial, para que o Sr. Presidente da Junta de S. Jacinto, possa vir aqui transmitir os seus problemas, os problemas da sua Freguesia. Agora em sessenta e seis reuniões, sessenta e uma faltas é perfeitamente inadmissível.

Quanto ao domínio público marítimo, não se trata apenas de correspondência do PCP. De facto o grupo parlamentar do PCP tomou conhecimento, mas em seguida, já apresentou um requerimento ao Ministro do Planeamento e Equipamento do Território sobre o agravamento das taxas e a perguntar especificamente, qual é a razão do aumento, e que resposta dá o Ministério às reclamações e protestos da população e à reclamação da Assembleia Municipal de Aveiro de suspensão dos aumentos das taxas. Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquilo que nos foi enviado pela Junta Autónoma do Porto de Aveiro, dirigida ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal distribuiu por todos os grupos parlamentares, causou-me uma grande perplexidade. Causou-me perplexidade porque aparentemente, nós fomos surpreendidos aqui há dois meses atrás com a presença de pessoas que se sentiram ofendidas, violentadas pelos aumentos das taxas. Para nós foi uma surpresa. Entretanto, diz a JAPA que a Câmara Municipal de Aveiro já sabia, desde vinte e sete de Março do ano passado, (através do memorando entregue pela Junta Autónoma) dos esclarecimentos e dos fundamentos que, presidiram à aprovação deste formulário. Se assim é, porque é que a Câmara não chamou à atenção, não alertou mais cedo, não disse o que é que se passava, não ajudou a superar em tempo, a resolver ou a combater as questões relativas a este problema.

Seguidamente, queria falar do ranking ambiental dos Municípios. A Câmara Municipal de Aveiro, neste ranking publicado pela revista "Forum Ambiente", não ficou muito mal tratada. Este 33º lugar, com a classificação de suficiente, não é muito mau. Mas eu queria apelar à Câmara, para que não repousasse nesta suficiência. E enquanto acontecerem neste Concelho, situações como aquela que me foi mostrada recentemente, em que numa sessão pública, um participante nessa sessão pública, puxa por uma garrafa de água e que nos afirma que a garrafa de água é recolhida na rede pública de Aveiro e que aparentemente em repouso é assim, mas se agitar é assim. Enquanto isto acontecer Sr. Presidente, Srs. Vereadores, façam favor não se fiquem pelos resultados. Isto foi Rede Pública de Tabueira, dia seis de Fevereiro. É evidente, que esta não é da barragem suja do imperialismo, esta é a água turva prestada várias vezes no nosso Concelho. Gente de Cacia colocou o mesmo problema e há várias pessoas que dizem que frequentemente, ficam com a sua roupa estragada, devido a situações como essa. A parte que aqui falta da água foi para análise, não sei os resultados dessa análise. Mas quanto a matéria em suspensão, é evidente que ultrapassa o limite do admissível".

Vogal Cruz Tavares:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, eu faço uma pequena intervenção apenas para ter oportunidade, de tecer alguns comentários à resposta, que com certeza o Sr. Presidente da Câmara, irá dar à intervenção do Sr. Dr. Filipe Brandão, relativamente ao famigerado artigo da Srª Vereadora do pelouro da Cultura. Na verdade, é muito difícil numa só intervenção ter ofendido tanta gente, a pretexto de defender uma causa. Na verdade, para se tentar preservar uma construção que eventualmente terá qualidade arquitectónica, não se defendeu bem essa causa, e ofendeu-se imensa gente. Não me posso arvorar em defensor dos engenheiros, dos arquitectos, dos urbanistas, em especial daqueles tidos como de boa reputação, foram expressamente atingidos dessa declaração dessa Srª Vereadora. Mas queria apenas lembrar, que todos os projectos que são passam a Obras. Portanto, são construídos nesta Cidade, são-no por causa de um alvará de licença da Câmara Municipal. Devo lembrar também que são inúmeros os casos, em que engenheiros, arquitectos e urbanistas, uns de muita boa reputação, outros nem por isso, submetem à câmara projectos de muito má qualidade. E se porventura, esses projectos se transformam em obras feitas, não é da responsabilidade desses arquitectos, nem desses urbanistas, nem desses engenheiros. Porque em muitos casos, esses projectos são, conscientemente elaborados com uma determinada finalidade, que não tem nada a ver, nem com a qualidade

urbanística e muitas vezes até, nem com a finalidade de uma boa arquitectura. Porque normalmente, os adjectivos de boa arquitectura, bom urbanismo, implicam custos, que muitas vezes os particulares não assumem, não querem assumir e têm interesse em não assumir. Ou seja a responsabilidade do que está feito na Cidade, do bom e do mau, é de facto, dos Serviços Municipais, dos Serviços de Obras, e em última análise do Sr. Presidente da Câmara ou do Vereador em quem ele delega essa responsabilidade. Queria de facto, acentuar que foi extremamente infeliz, a acusação absolutamente gratuita que foi feita a estas diversas pessoas. Nós estamos a trabalhar actualmente numa Comissão, para avaliar um processo específico que foi aqui deliberado na Assembleia e verificámos que de facto, um projecto que tem qualidade, foi feito com a intenção de rentabilizar a obra, não tem outra intenção do que, meus senhores, em termos rápidos, atirar o barro à parede para ver se ele cola e é essa a função das empresas privadas. E se ele cola, é por causa de um acto de licenciamento da Câmara. E Sr^a Vereadora, como é da Cultura, talvez esteja afastada destas coisas. Quem é responsável pela qualidade urbanística e pela qualidade arquitectónica desta Cidade é só o Sr. Presidente da Câmara, é só o Executivo Municipal e nunca foram os Srs. Arquitectos, nem os Srs. Urbanistas, nem os Srs. Engenheiros".

Vogal Rosa Pires:

"O que eu gostaria de falar, era a propósito de um acontecimento que eu queria aqui deixar registado e a propósito dele vou tecer um conjunto de comentários. O acontecimento é o seguinte: nestes dois meses, desde as últimas Reuniões da Assembleia Municipal, não houve qualquer contacto do Executivo para que se revitaliza-se, a Comissão de Acompanhamento do Plano de Urbanização. Primeiro ponto, há um contraste marcante entre, o discurso do Executivo, quando aqui foi anunciada a morte da Comissão de Acompanhamento do Plano de Urbanização e a prática do Executivo. O Sr. Salavessa está-se a precipitar, veja o que está a acontecer, não é bem assim, nós queremos revitalizar. Os dois outros membros da Comissão constactaram a dificuldade ou a inoperância da Comissão e estimularam o Executivo a revitalizá-la. Não houve um único gesto de interesse em revitalizar a Comissão de Acompanhamento. É obviamente lamentável esta discrepância.

Há um outro contraste entre a disponibilidade desta Assembleia para participar, focada de mil e uma maneiras, nas palavras de um membro de outra bancada, que era a procura de linhas de coesão em relação ao futuro do desenvolvimento de Aveiro, a grande disponibilidade da Assembleia e a total indiferença do Executivo. Note-se, que o Plano, creio eu que o concurso foi lançado em 1995, que suponho

que tinha oito meses para elaboração do Plano, ou seja, o Plano podia ter sido elaborado até meados de 1996. Foi protelado sucessivamente, estamos em finais de Fevereiro, com as próximas equipas autárquicas já a esbuçar-se e só agora, é que o Executivo iria criar uma Comissão que devia procurar essas linhas de coesão. Ora, estamos obviamente a entrar numa fase, em que as diferentes equipas autárquicas vão querer mostrar as diferenças. Protelámos até o tornar impossível. Isto de facto, é pessimo, é uma pessima gestão dos interesses de Aveiro, não há outro qualificativo para essa situação. Vale a pena enquadrar o que se passa. O PDM foi o que foi. Os tais Técnicos não sei se são reputados ou não, não sei como é que de facto, estão na consideração da Sr^a Vereadora, mas houve alguns Técnicos que fizeram o Plano, distanciaram-se dele. Ele foi, de alguma forma, gerido pela pessoa que encabeçava a lista, em que a Sr^a Vereadora se inseriu. O PDM, foi aqui pedido para ser qualificado. Alguns dos membros desta Assembleia, designadamente o Sr. Armando Viera (faça-se-lhe a justiça) várias vezes referiu os impactos negativos que o PDM estava a ter no Município. Vimos algum esforço, para qualificar o PDM? Foi posto um artigo para que se trouxesse à Assembleia Municipal as reflexões sobre a prática, que resultava de aplicar o PDM. Alguma vez houve preocupação do Executivo o trazer? Preocupação com o PDM, zero. Vamos para o PU (Plano de Urbanização) estamos conversados!? É inacreditável, isto não passa pela cabeça de ninguém. Está, Plano Estratégico, uma equipa excelente, creio que a Sr^a Vereadora também considerará isso, fizeram um trabalho muito bom, controverso, propostas por vezes, creio eu, era impossível sustentar todas as propostas. Há ali matéria para muita reflexão, não pode haver equipa autárquica nenhuma que negligencie a consulta e o debate daquele documento. Tem lá pistas para reflexão sobre o futuro de Aveiro interessantíssimas. Morreu o Plano Estratégico?! Foi anunciado que em Dezembro estaria aprovado. O que é que aconteceu ao Plano Estratégico? Ficou? Não se sabe. Vamos ao Plano de Pormenor, a avalanche de Planos de Pormenor. O que é que é feito deles? Constata-se, inclusivamente no Plano de Actividades, que há falhas. Se há uma área com défice de capacidade instalada, é de facto o Planeamento. É incrível. Como é que uma área fundamental para o desenvolvimento de Aveiro, está tão mal tratada pelo Executivo. Não pode ser.

Conclusão, eu sei que vem aí as campanhas autárquicas e que se esboçam já as equipas e que é importante haver promessas sobre o que se vai fazer. Mas há outras coisas que as próximas equipas autárquicas não podem ignorar. É que há áreas de competência que têm de ser estimuladas. Em planeamento estamos muito próximo do zero. Temos que ser capazes de ter equipas que provem que têm condições de saber

mexer em áreas nucleares para o futuro de Aveiro, que há competência à volta delas. Eu sei que as grandes promessas vão para o público, são inevitáveis têm que surgir de uma maneira ou de outra. Mas que haja paralelamente, porque há cada vez um público mais exigente, que há-de querer perguntar se aquela equipa é ou não é competente para agir em áreas fundamentais para o futuro. Fica aqui o aviso, se assim se pode dizer, de que tem que haver pressão para que estas equipas autárquicas que agora se esboçam, se possível todas elas, tenham de facto capacidade de competências em domínios chave. Há que identificar esses domínios chave e agir sobre eles. E este planeamento, estamos de facto, muito mal, o que acontece não lembra a ninguém. Com tantos avisos, toda a gente se lembrou como foi o PDM, a discussão a volta do PDM. É incrível, quatro anos perdidos. Não pode, de facto, continuar a ser assim.

Sobre este tema, eu vou tentar ser breve. Vou retomar aqui uma questão que não é um registo pessoal. Foi aqui levantada a questão da ingenuidade. Porque é que eu acho que tenho que voltar a isto. Porque, não me passa pela cabeça, que num futuro próximo não haja necessidade de congregar novamente as forças políticas desta Assembleia em torno destas questões. Vai ter que haver. E era muito mau que a adesão ou não, a comissões deste género, fosse feita com a base na ingenuidade ou na falta dela. Não pode ser esse o termo de colaboração. Deixem-me dizer com clareza. Quando eu entrei para esta Comissão de Acompanhamento do Plano de Urbanização, estava consciente de uma coisa, dos problemas, das dificuldades que adviriam, das práticas instaladas onde não havia. E portanto, normalmente as coisas podiam não correr bem, mas também tinha uma esperança, de facto tinha. A abertura do Professor Celso, honra lhe seja feita, tem mostrado abertura em muitas situações para ouvir o que se diz, para acolher as sugestões e pelo menos para não impedir que elas avancem. Portanto, eu tinha também expectativas positivas, digo-lhe com toda a clareza. Claro que quando assumi, tinha a percepção do risco. Há riscos que vale a pena correr. O meu gesto foi apenas a disponibilidade de correr esse risco e das derrotas, que de vez em quando é preciso ter, para fazer vingar alguns pontos de vista. Agora não foi ingenuidade, eu estava consciente dos riscos, mas estava absolutamente convicto de que era preciso fazer-se isto. E era a semente que se tinha que lançar, e portanto apoiva deliberadamente. As próximas situações análogas, hão-de levar as pessoas, espero de todas as bancadas, a pensar nestes termos. É absolutamente necessário ir por este caminho, e vamos, não tem a ver com ingenuidade. Agora tem um aviso importante aquilo que disse de facto, o Sr. Custódio Ramos. É que é preciso que haja confiança entre as pessoas, não é em termos de personalidade, (que obviamente tenho toda a confiança no Sr. Professor Celso) é nas acções políticas, no relacionamento político.

Não pode haver situações como esta, em que se diz, Sr. Salavessa não se precipite, nós vamos, nós queremos e passado dois meses, zero. Tem que haver de parte a parte, as pessoas têm que estar conscientes que é um relacionamento relativamente novo e que tem que ter bases muito sólidas de confiança mútua de reciprocidade. E portanto, vale o aviso do Sr. Custódio Ramos, para mostrar que mesmo neste domínio, que é um domínio com novos desafios, há que pensar que tudo conta. E a confiança mútua, a reciprocidade, é uma questão chave. Há muitos desafios. A forma ideal de nós os enfrentarmos é conhecê-los com rigor, porque é conhecê-los com rigor que nós melhor poderemos ultrapassar e Aveiro tem muito a fazer neste domínio".

Vogal Virgínia Veiga:

" Em termos extremamente breves, Para dar uma achega relativamente ao Regimento e para que fique claro, porque é um assunto que já tem sido discutido várias vezes, qual a duração regimentalmente possível do período antes da ordem do dia. Com uma melhor leitura, feita atentamente em conjugação de duas bancadas, o período antes da ordem do dia pode prolongar-se por uma Reunião inteira da Sessão. O que não pode é, na Reunião a seguir, ter mais que trinta minutos. Quer isto dizer, que a Assembleia é livre, se assim o entender, de falar até à uma da manhã sobre os assuntos que melhor entender e deve fazê-lo, como é evidente, sem qualquer forma de pressão da parte de outros órgãos Autárquicos, nem de terceiros, sejam público sejam de qualquer natureza. Também nós não nos atreveríamos a tecer comentários, ainda que "a latere", no caso de estarmos numa reunião camarária, sobre o cumprimento, das regras de funcionamento dessas reuniões.

Agora, em termos extramente sucintos, uma palavra apenas para o comportamento da Sr^a Dr^a Maria da Luz, da Senhora Vereadora. Não para repetir aquilo que aqui foi dito, mas apenas para dar uma achega de natureza pessoal. E para entender que eu, ou qualquer outra pessoa, deve ter pelo menos o cuidado de, sempre que alguém utiliza uma posição que é, em suma e em sùmula correcta, que é capaz de trazer alguma mais valia na opinião pública, num determinado momento, para um assunto que é de facto um problema de um determinado Município, não deve ser motivo de achincalho geral.

Porque, quanto a mim, se a Sr^a Dr^a Maria da Luz foi incómoda não foi ofensiva. E, portanto, não deve ser penalizada pelo facto de (isso sim, talvez um pouco extemporaneamente, ou como ela própria diz, de uma forma mais viemente), ter tomado uma atitude que saíu para lá das paredes do estrito partidarismo.

Foi séria nesse aspecto, foi correcta, merece obviamente o nosso reconhecimento e merece não ser penalizada futuramente por essa razão.

Finalmente, duas pequenas achegas para duas questões aqui trazidas que têm a ver com os transportes fluviais de S. Jacinto e em simultâneo com a ausência do Presidente da Junta. O Senhor Presidente da Junta dirá o que entender e defender-se-á como entender. Tanto quanto sei, costuma ter o cuidado de estar a par dos assuntos que são discutidos nesta Assembleia. Facto é, que eu gostaria mais de ter ouvido dizer que seria posto à disposição do Senhor Presidente para vir às reuniões de Assembleia não um taxi mas uma lancha em condições. E, finalmente haveria os transportes fluviais necessários para que também ele aqui viesse com mais agrado.

Facto é e justiça lhe seja feita, parece não ter falhado com nada em S. Jacinto. E é bom de ver que é essa a função dele. Aqui é uma função "a latera" de mera inerência.

Última questão a propósito da intervenção do Sr. Salavessa e da água suja do municipalismo. Só isto, uma advertência: o Sr. Salavessa trouxe aqui uma garrafa dessa água. Eu poderia encher na torneira da minha casa, que se situa no Bairro do Liceu, as garrafas que Vossas Exelências entendessem com cor idêntica".

Vogal Diogo Machado:

" Em primeiro e último lugar, são quatro notas muito breves, também e principalmente para que não me seja cuartado a possibilidade de intervir em replica ás respostas do Sr. Presidente da Câmara. Em primeiro lugar, para falar do assunto que ouvi quando aqui cheguei, atrasado, mas cheguei, que é a Transria, que é S. Jacinto. Concordo, em tese com muito o que aqui foi dito; não concordo particularmente, quando aqui se diz, ainda que em jeito de uma desculpa ou de uma defesa, do que é indefensável, que os interesses de S. Jacinto estão a ser bem defendidos pelo Sr. Presidente da Junta. Não estão, isso é obvio, salta aos olhos de quem quer ver. E sobre isto, penso que pouco mais temos a conversar. Em segundo lugar, em relação ás tão faladas declarações da Vereadora do pelouro da Cultura, simplesmente para questionar, se é que me assiste esse direito, qual a intenção, qual o objectivo e qual a profundidade ou não, das suas declarações. Em terceiro lugar, para questionar a Câmara na pessoa do Sr. Presidente, acerca de uma notícia que tive o prazer, e digo o grato prazer, de ler nos jornais, sobre a reconstrução dos muros da Ria. E nessa notícia dizia-se, que a Câmara se disponibilizou e se preparou para assumir responsabilidades directas ou indirectas, dela ou não dela, na reconstrução dos muros da Ria. Gostaria de saber em que pé é que isto está, se é verdade ou não e se é mesmo para avançar. Em último lugar, para me demarcar, em parte, das declarações aqui proferidas pelo Sr. professor Rosa Pires, uma vez que entendo que, grande parte (e esta

honestidade eu tenho que a ter, sempre a tive para o bem e para o mal) da responsabilidade pelo falhanço da Comissão de Acompanhamento do Plano de Urbanização de Aveiro; recai sobre os meus ombros. Assumi-a na altura, torno a assumi-la agora. Houve reuniões que não foram convocadas pela minha ausência, por motivos pessoais próprios, mas que eu assumo como também assumo a responsabilidade pela inoperância da referida Comissão. Quanto à responsabilidade de se constituir outra Comissão ou não, penso que essa não será do Executivo, será da Assembleia Municipal. Pela minha parte, quando a Comissão deixou de existir e deixou de existir, como o Professor Rosa Pires muito bem disse de comum acordo, pelos últimos dois elementos de que dela faziam parte, tendo até sido escrita uma carta pelo Prof. Rosa Pires, que eu subscrevi e que eu assinei e que até gostaria que o teor dessa carta aqui fosse lido. Nessa mesma altura e aqui está em acta, que eu me dispus, em meu nome e em nome da bancada do Partido Popular, para que se pudesse avançar novamente com essa Comissão. Pessoalmente, falei com o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Rogério Leitão, a quem pedi que desenvolvesse as diligências necessárias para que essa Comissão retomasse actividades. Até hoje, vão dois meses".

Vogal Victor Mangerão:

" Em primeiro lugar, em relação à Sr^a Dr^a Maria da Luz, eu depois da intervenção da Sr^a Dr^a Virginia que foi um bocado ao arripio das outras intervenções, inclusivé de outros elementos da sua bancada, eu quero elogiar o seu grande espírito feminista, porque realmente só em nome da solidariedade feminista é que podiam surgir palavras daquelas, mas enfim, está no seu direito e falou no foro próprio, com legitimidade própria. Ultrapassando isso, eu dou os parabéns à Sr^a Dr^a Maria da Luz, porque não sendo essa a sua intenção, foi mesmo oportuna, ao contrário daquilo que outras pessoas aqui disseram, acho que foi óptimo ela tivesse feito esta declaração. É obvio que me pareceu (e isto é uma interpretação pessoal, muito subjectiva, que se calhar está errada) pareceu-me que não era uma declaração de voto, era já um pré adeus. E a gente, antes de se ir embora faz uma espécie de declarações de vontade testamentária, que é para ficar boa impressão nos que cá ficam. Não é de certeza absoluta com intenções eleitoralistas. O que falhou nas declarações dela, foi isto, foi ela não ter dado um toquezimo de modéstia, de humildade e dizer assim: eu própria me sinto de certo modo corresponsável, mas disso me arrependo. Podia ter dito isso e tinha salvo tudo, não meteu, e não salvou nada. Salvou uma coisa, é que levantou uma seleuma, que está a ser muito saudável e que importa que não se fique por aqui, e nisso foi óptimo. Ela pode-se ir embora, mas os que cá ficam têm a obrigação de agarrar nesta

questão e desenterrar, se fôr preciso desenterrar, em que todos nós podemos ter responsabilidades, mas uns mais do que outros. E não são coisas de agora, embora ela própria não devesse dizer o que disse, quando todos os dias tem que passar pela rua e ver prédios que estão a nascer agora e que vão ao arrepiu todos aqueles sadios critérios, que ela no princípio da declaração fez seus. Portanto, foi óptimo que isto tivesse sido neste momento polémizado.

O Dr. Rosa Pires falou da questão do planeamento. Eu tive há pouco tempo (e isto é um testemunho pessoal, mais do que uma intervenção com pretensões, neste momento não vale a pena) a sorte de ir, durante a tarde, ao melhor bocado, que segundo disseram, daquele que foi o Forum do Desporto do Concelho. Em boa hora lá fui. É que pouco tempo antes tínhamos estado aqui a discutir o Plano de Actividades. No sector do Desporto, deste Plano de Actividades, apenas se fala aqui, muito vagamente, do parque desportivo de Aveiro e depois mistura-se o centro hípico, o estádio de futebol e pronto, fica-se sem saber o que é o parque desportivo de Aveiro. Esse forum que juntou representantes das colectividades, o Vereador da Cultura, o Sr. Presidente nessa parte da tarde, por qualquer razão não esteve lá, os Arquitectos, que entretanto fizeram o desenho, etc. Que apareceu nos jornais reproduzida a maqueta, que não era maqueta afinal. Esse forum foi demonstrativo, cabalmente de que, também nesta área do desenvolvimento do desporto e da implantação das grandes infraestruturas para o futuro de Aveiro, a Câmara anda à procura de uma filosofia, mas filosofia não tem. Porque os próprios Arquitectos às tantas, questionados, pelos directamente interessados naquela problemática, que eram os elementos representantes das colectividades do desporto, os próprios Arquitectos, às tantas alijaram de cima dos seus ombros a responsabilidade do que ali estava e foram esclarecendo: "não, isto aqui são apenas manchas! Não, custos? não sabemos nada de custos". Eles nem sabiam que o voleiball queria pavilhões com pelo menos onze metros. Não sabiam de nada. A única coisa que sabia era isto. É que a Câmara, acha que pode levar como imagem de uma aposta no futuro, já planeada, já fundamentada, considerando, portanto isto uma opção que nasceu de reais necessidades oscultadas, etc. Pode levar para um forum destes um desenho e dizer: Aqui é isto e aqui é isto. E depois venham-me cá com centros hípicos, e depois venham-me com campos de golfs com essas coisas! Quando o pavilhão mais básico que está para definir, quando a verdadeira dimensão da utilização das piscinas está por ser fundamentada, quando a política toda do desporto no Concelho não está equacionada verdadeiramente. Quer dizer, será que esta Câmara terá dinheiro para esbanjar, isto não é a EXPO, nem nunca vai ser. Há ou não há prioridade de critérios? E depois? Pior que esbanjar

dinheiro, é outra coisa. E é aqui que entra a questão do planeamento. Eu não sou técnico, eu sou um poeta por natureza, como já devem ter reparado. O pior que se pode esbanjar é o sonho. O pior que se pode esbanjar é a expectativa. O pior que se pode esbanjar em política e eu sou um falhado na política, sei isso muito bem; é credibilidade. E eu tenho pena, que a grande transformação no plano concreto das infraestruturas desportivas do Concelho de Aveiro, para não falar de outros, neste momento, não me mereça credibilidade depois daquela Sessão. O rei vai completamente nu. Não há filosofias de desenvolvimento desportivo de infraestruturas desportivas, neste momento na Câmara de Aveiro. E é preciso que alguém dê o pontapé nisto, e vire estas coisas ao contrário. Muito obrigado".

Seguidamente e dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar.

2ª PARTE

Pelas 22,45 horas, foram retomados os trabalhos sob a Presidência do Primeiro Secretário, António Sousa Dinis Correia, em substituição do Presidente e Secretariado pelo Vogais José Alberto Martins de Carvalho e Ernesto Carlos Rodrigues Barros, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, em substituição dos titulares dos cargos e com a presença dos seguintes Vogais: Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, Artur Lopes Lobo, Diogo Manuel Soares Machado, Gonçalo Nuno Caetano Alves, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Artur da Rosa Pires, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Lourenço Martins dos Santos, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Álvaro Patrício do Bem, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais: Manuel Simões Madaíl, Élio Manuel Delgado da Maia, Rogério da Silva Leitão, João

Gabriel Ferreira dos Santos, Francisco Manuel Alves da Costa Braga e Libério da Silva Santos.

Retomados os trabalhos, usou da palavra:

Presidente da Câmara:

"Foram aqui feitas referências no início da nossa Sessão a personalidades diversas, todas referências feitas, no sentido de homenagem, de respeito, de consideração das individualidades que se referiram. Nomeadamente o Padre Arménio, o Dr. José Afonso, João Sarabando e o ex Governador Civil Dr. Francisco Vale Guimarães.

Sobre as propostas apresentadas, com certeza que a Câmara Municipal está com elas. Individualizando no que se refere ao Padre Arménio, também a Câmara, expressou, numa das suas reuniões o voto de pesar, idêntico áquele que esta Assembleia aqui colocou hoje, pelo que estamos também com a Assembleia na homenagem à memória do Padre Arménio. Decidiu ainda a Câmara Municipal, nessa sua deliberação publicar em livro a tese de doutoramento do Padre Arménio. E ao mesmo tempo, não decidiu como aqui foi proposto e recomendado, e tomarei devida nota, atribuir nome de rua á figura do Padre Arménio, mas também com o sentimento que lhe merece o Padre Arménio, dedicar-lhe o Quinto Festival Internacional de Música que se irá realizar em Aveiro, creio que durante o mês de Maio. Perguntar-me-ão, mas porquê? Que ideia é essa, de dedicar expressamente numa acta da deliberação de Câmara, a realização do Quinto Festival Internacional de Música. Porque ele era um dos que iria trabalhar no festival, era um dos impulsionadores conjuntamente com o Professor Luís Serrano, em representação da Fundação Jacinto Magalhães. Iriam trabalhar em conjunto com a Câmara Municipal, através dos Serviços de Cultura, para a realização deste Quinto Festival. E é na antevéspera da sua morte, que trataram o assunto com a Câmara Municipal, com aquele entusiasmo próprio de quem quer trabalhar. Vamos encontrar as verbas para podermos dar cobertura a este festival e acontece, passados dois dias, um acidente ao Padre Américo. Isso levou-nos a pensar que este festival deve ser todo dedicado ao falecido Padre Américo. Relativamente a outras individualidades, nomeadamente, João Sarabando, está deliberada a edição de um livro. A Sr^a Vereadora explicará convenientemente o que está decidido. E quanto aos outros, naturalmente que aquilo que aqui foi colocado, eu acho que o Dr. Vale Guimarães, merece um outro tipo de homenagem em termos de arruamentos, em termos de toponímia municipal, porque a Praceta Vale Guimarães, não corresponde de modo algum ao relevo, à importância, ao trabalho e à figura do Dr. Vale Guimarães. Falou-se também do Dr. José Afonso, em termos de comemoração pela sua morte. Penso que nós já

tivemos essa comemoração também, já o fizemos na altura própria, integrada nas festas do município. A também uma recomendação em termos de atribuição de nome, ainda se não concretizou, vamos tentar fazê-lo porque merece também do nosso lado, respeito e consideração.

Relativamente à lancha e ao concurso, levantou-se um problema aqui, que o Eng^o Victor Silva e o Sr. Tenente Coronel Albuquerque Pinto, poderão responder mais concretamente. Mas, essa lancha que aqui foi referida, foi aberta para a sua compra um concurso público de aquisição de lancha. Ainda não foi adquirida a lancha por falta de visto do Tribunal de Contas. Julgo que houve alguma deficiência em termos no concurso, não constava do aviso do concurso a base de licitação, ou outro pormenor administrativo, técnico, que fez atrasar a aquisição dessa lancha. Esclareço que as lanchas que foram compradas aos Estaleiros são da Câmara. Foram compradas e registadas na Câmara. O pessoal é de facto da Transria. E a existência deste pessoal e esta situação, algo complicada, já se tem falado aqui várias vezes e a Câmara reconhece, tem feito um esforço até, no sentido de encontrar uma definição legal, por parte da Tutela, que permita que o pessoal da Transria, fique integrado no Organigrama, no pessoal, nos quadros da Câmara Municipal. A manutenção desta situação, deste pessoal deve-se à falta dessa legislação, à não existência de quadro de pessoal, que faça o serviço fluvial pelo transporte fluvial. Esta dificuldade não acontece só connosco. O Sr. Tenente Coronel visitou algumas Câmaras, fizeram um estudo conjunto, apresentaram uma proposta, através da Associação de Municípios Portugueses, para que ela faça pesar, junto do Governo a preocupação das várias Câmaras que têm transportes fluviais, para que isso possa concretizar aquilo que aqui tem vindo a ser posto, em termos de duas soluções para o problema dos transportes de S. Jacinto; ou privatização ou municipalização. Este é um trabalho que está a ser desenvolvido, de facto, é para nós (o Dr. Mangerão pôs isso muito bem, com muita clareza) complicado entender, como é que há uma empresa privada com duas entidades públicas. As perguntas feitas e os pareceres que temos, não consideram inviável, nem ilegal, a existência da empresa nestes moldes. Todavia, a Câmara está a tentar desenvolver um processo para encontrar a solução definitiva, para que não seja sempre o estigma e uma forma de colocar os problemas de S. Jacinto como sendo a terra abandonada, que nem tem os transportes garantidos. Aí, não pode ser feita essa referência porque a Câmara os garante. A Câmara constituiu uma empresa chamada Transria e já nessa época pressentiu que iria ficar com os transportes. Já se sabia que os Estaleiros não iriam acompanhar a empresa cabalmente, dadas as suas dificuldades financeiras e naturalmente que a Junta de Freguesia "se encostaria" à presença da

Câmara Municipal para garantir os transportes. Algumas dúvidas tem havido nas nossas conversas em termos de decisão, mas julgo que, chegado de facto, à altura em que se terá que tomar uma posição definitiva ou penso eu, os Sr. Vereadores esclarecerão também, têm sido membros, ela se encaminha para a municipalização ou então terá que haver uma concessão, terá que haver uma privatização dos transportes da ria. Não é fácil, no meu entender encontrar quem queira os transportes da ria, que só dão prejuízo e não se prevê que venha a dar lucro, como aliás, nem em terra isso acontece.

Quando se fala de S. Jacinto, fala-se sempre do abandono. Eu penso que não está abandonado. Decorre e está numa fase adiantada o Plano de Urbanização de S. Jacinto, para ser apresentado e ser discutido. Este Plano tem andado com alguma aceleração. Há estudos de arranjos urbanísticos para a frente ria aprovados pela Câmara, que se pretende pôr em execução. Tem havido um acompanhamento das necessidades de S. Jacinto, cuja área é limitadíssima. Quando se fala em S. Jacinto, verificamos que uma pequena percentagem é pública, o resto faz parte do património do Estado, desde o Instituto da Conservação da Natureza à Base Aérea de S. Jacinto, as Reservas Naturais, etc. A maior parte da área de S. Jacinto, está portanto, entregue a entidades estatais, a entidades, portanto, voltadas para os problemas ambientais e para a conservação da natureza e ainda para as necessidades próprias de algumas delas. Mas, eu gostaria de dizer, que a Câmara Municipal não descarta S. Jacinto. Tem neste momento em execução obras no valor de cento e sessenta e oito mil, novecentos e sessenta e seis contos. A habitação social, setenta e seis mil trezentos e dezassete contos, a fase que está em construção; o parque de campismo, por força das decisões tomadas e da orientação melhor dizendo, dada pela Direcção Geral de Turismo, tem, neste momento quinze mil cento e oitenta e oito contos numa nova vedação. Permitam-me que o diga para demonstrar, que de facto, S. Jacinto não está abandonado e também é uma zona rural. A própria recepção do parque de campismo, teve que ser alterada, está a ser construída, são oito mil duzentos e trinta e dois contos; a construção de um quiosque, e não vou abrir paragem das lanchas, são quinze mil cento e oitenta e oito contos; a urbanização de S. Jacinto, terrenos vendidos em tempos pela Câmara. Estamos a acabar a terceira fase, que envolvem o saneamento e a pavimentação, são trinta e três mil oitocentos e cinquenta e quatro contos. A construção de um restaurante e de um mini mercado dentro do parque de campismo, são dezasseis mil trezentos e oitenta e sete contos e as demolições e construção de um polidesportivo, são ainda mais dois mil e oitocentos contos. Peço desculpa, mas é aqui que devemos acentar muitas vezes as palavras. Isto

está em construção, não está apenas planeado ou previsto, está em execução.

Sobre as taxas da JAPA, penso que também aqui foi feita uma referência, pretendendo acusar a Câmara de não liderar um processo contra a JAPA, por ter feito aumentos de tal forma exagerados, que merecem a crítica de todos. A própria Câmara tem veiculado muitas queixas dos munícipes, que não sabem muitas vezes onde se hão-de dirigir, dirigem-se à Câmara e a Câmara tem os veiculado para a Tutela. Não temos capacidade de intervenção, a não ser encontrar estes documentos, denunciar a situação e é isso que temos feito, sem virmos naturalmente à praça pública berrar contra isso. Porque já chegámos à conclusão também que há legislação que dá cobertura para este aumento notar-se. Ele será exagerado, não há concordância por parte de quem utiliza o domínio público marítimo, de quem vive junto dele, de quem utiliza a água para ter os seus barcos. A Câmara está também em desacordo com esse aumento, que foi de facto, excessivo. Em todos os locais onde a Câmara tem estado e tem apresentado este problema, nomeadamente na Direcção Geral de Portos e a Secretaria de Estado, dizem-me: nós já sabemos, já cá temos essas queixas, já cá temos esses documentos. Aguardamos que de facto, a Tutela dê alguma orientação e que proceda às alterações que forem convenientes em termos legais, que permita tomar outras posições e corrigir os excessos, que porventura ocorridos. Ainda anteontem, ao Secretário de Estado do Turismo e do Comércio, houve um dos munícipes que apresentou uma grande exposição e a leu, lamentando o que está acontecer e pedindo também ao Sr. Secretário de Estado, o apoio, a sua intervenção para a correcção destas situações. Sr. Salavessa, a Câmara Municipal paga taxas à JAPA. Foi aumentada nas mesmas proporções para a utilização do domínio público marítimo, pela existência de alguns estabelecimentos comerciais, nomeadamente, destes que estão aqui, do desporto, do Café Ria, são propriedade da Câmara, estão dentro do domínio marítimo, paga taxa. Não obstante em invocarmos a isenção, diz-me aqui a D. Rosa Maria, enfim, que não nos foi concedida porque é a decisão da Junta Autónoma. Outra coisa poderia aqui ser focada, é a representação que as Câmaras têm na JAPA, em que deveria ser despertada e promover-se uma reunião através do Presidente da Junta Autónoma do Porto Aveiro e aí sim, todas as Câmaras tomarem uma decisão conjunta, porque estas taxas não são só do Concelho de Aveiro, estas taxas são aplicadas em toda a zona lagunar. A reorganização de serviços, foi aqui também focada, não sei quem levantou este problema, está a ser estudado, é um assunto muito importante, tem vindo a ter alguma demora no seu tratamento. Está numa fase final, que nós pensamos, tal como a Comissão de Acompanhamento do Plano de

Urbanização, quer ainda para dar conta mais concreta de outro desenvolvimento dos planos, daquilo que tem sido feito e das demoras que também têm ocorrido, pensamos propor a esta Assembleia, uma reunião extraordinária a meados do próximo mês, para que possa já ser apresentado aqui o trabalho realizado, em termos de reorganização de serviços e ao mesmo tempo em termos de planeamento. São assuntos importantes, dos quais preocupam muito a Câmara, mas queremos, de facto, dar conta à Assembleia do desenvolvimento, em termos de planificação, do desenvolvimento de cada um desses planos e naturalmente, voltar a despertar o entusiasmo da Assembleia e da comunidade, no sentido de, antes das decisões, antes de lhes da a finalização, podermos ainda, apreciar devidamente o planeamento que está em curso. É demorado, eu próprio me surpreendi. Naturalmente que não sendo técnico, a surpresa teria que acontecer. A verdade é que, além das intervenções que os Autarcas, nós todos temos tido a oportunidade de acompanhar nestes Planos de Pormenor, nestes Planos de Urbanização e todo o planeamento, que estão em curso, a verdade é que a recolha de elementos, a participação de outras entidades é de tal ordem complexa, que não há dúvida nenhuma que se tivéssemos hoje que iniciar o processo, teríamos iniciado com menos planos, com menos projectos, do que aqueles que de facto lançámos. Está lançada uma grande planificação, uma grande atitude de ordenamento de território, que não é viável e não se admite que possam ter a sua finalização durante os dois anos e meio, que pensamos que poderá vir a acontecer. Vamos fazer o possível, vamos, naturalmente, deixar as coisas bem encaminhadas ou melhor encaminhadas com o andamento não como nós desejávamos, mas que seja num próximo mandato, numa próxima Câmara, pegado em condições de terminá-lo. É essa a nossa esperança. Vamos também ainda, naturalmente, aprovar alguns planos, porque alguns estão em exposição pública, outros ainda vão para exposição pública e com certeza que vêm à Assembleia para os aprovarmos.

A reconstrução dos muros da ria, foi também um dos assuntos aqui levantados. Problema delicado, problema com quatro anos. Quem é que tem que pagar? É este o grande dilema, é a procura de verbas para a reconstrução. Como se sabe, há três anos foi feito um protocolo com a Direcção Geral de Portos e a Junta Autónoma do Porto de Aveiro, em que estas três entidades, Câmara, Direcção Geral de Portos e a Junta Autónoma, se comprometiam rapidamente através daquele protocolo, desenvolver o necessário para a reconstrução dos muros. Assumia, nessa época a Direcção Geral de Portos 90% do seu discurso da recuperação; os outros 10% ficaria para a Câmara Municipal e a feitura do projecto ficaria ao cuidado e à assistência técnica da Junta Autónoma do Porto de

Aveiro. Era necessário ter um projecto, para que outras medidas pudessem vir a ser tomadas. Passou este período e o projecto foi apresentado à Câmara Municipal na última reunião de Câmara. A Câmara tomou conhecimento do projecto, para poder ser posto a concurso, para fazer parte da abertura do concurso. Haviam estudos prévios, que de facto, eu também fui tomando conhecimento, também fui apreciando, mas todo este trabalho demorou, atrasou e só a partir de segunda-feira, com a apresentação deste projecto foi possível termos um elemento concreto para discutir com números, saber quanto é se prevê com estas estimativas, o que se vai fazer e agora sim, procurar definitivamente as verbas para pômos em marcha o concurso. Tive uma reunião é do conhecimento público, veio nos jornais, não fui eu que a transmiti, mas sou obrigado a dizer agora que é verdade, que se fez essa reunião na Direcção Geral de Portos, em que são colocadas estas peças todas na mesa e se estabeleceram normas para o novo protocolo. Em conclusão, verifica-se que ninguém tem dinheiro para investir na reconstrução dos muros. Aqui não fiquei nada surpreendido, o planeamento surpreendeu-me. De maneira que há vontade de todas as partes, há disponibilidade, há assunção de responsabilidade por todos, para reconstruir os muros, só que Sr^a Câmara Municipal veja se consegue o dinheiro.

Vamos falar claramente, é isto que se passa a nível do Ministério, a nível de Governo não foi lançada qualquer verba, não há qualquer verba destinada à recuperação dos muros. Estou a falar somente em recuperação dos muros caídos, porque há uma segunda fase que são a continuação da construção que está prevista neste protocolo de muros até à Fábrica Jerónimo Pereira de Campos e no Canal S. Roque. Não havendo dinheiro, temos que pensar encontrá-lo, temos que raciocinar, porque não podemos desistir. E ficou combinado com o Sr. Director Geral de Portos e a Câmara, estabelecer novo protocolo em que fique garantido a candidatura aos fundos comunitários, por parte da Câmara Municipal. De outra forma, eu não tenho os muros recuperados. Eu comecei por dizer, que ninguém tinha dinheiro para recuperá-los, de maneira que, a Câmara irá fazer a candidatura aos fundos comunitários. Os fundos comunitários entrarão com 75%. Eu não tenho ainda a candidatura aprovada, portanto, quando falo no futuro é porque ela não está aprovada. A Câmara Municipal e a Direcção Geral de Portos entrarão com restantes 25%, ou seja, 12,5% para a Câmara Municipal e 12,5% para a parte respeitante à Direcção Geral de Portos. Achei conveniente aceitar estas condições. Portanto temos a proposta em fase final de elaboração para apresentarmos na Comissão coordenadora, para nos candidatar aos fundos comunitários, que estamos a procurar quais, para que possamos avançar com o concurso. A Câmara, através da minha pessoa, não temos ainda

assinado o protocolo, mas assumi os 12,5% e informei também de que se o concurso se fôr lançado rapidamente, e foi assumida a abertura do concurso pela Câmara Municipal. A Câmara Municipal, será dona da obra da recuperação dos muros e a Câmara Municipal avançará com os 12,5%, que se inicie a obra enquanto se aguarda os fundos comunitários e os 12,5% da Direcção Geral dos Portos. Não tenho outra posição a tomar a não ser esta, que é a de acreditar nesse protocolo, que não ponho em dúvida e aceitar a abertura do concurso, lançar a obra em nome da Câmara Municipal, e ter atrás desse concurso e da obra a assistência técnica, naturalmente da Junta Autónoma do Porto de Aveiro, que é uma entidade vocacionada para acompanhamento da obra. Esta é a informação que posso dar. Para mim não é aquela que me agrada, com certeza, eu não sei se tenho no plafon da medida B, ainda verba capaz, para enquadrar esta candidatura, mas dado o significado que tem a situação degradante dos muros, se não houver verba, (estou convencido que vai haver verba, que as entidades estão todas inteiradas do processo) terei que reduzir numa outra candidatura feita, de um milhão duzentos e cinquenta mil contos, terei que reduzir aí alguma verba, para poder utilizá-la na recuperação dos muros. É aquilo que está em curso, é aquilo que a Câmara aceitou, e que naturalmente, temos a expectativa de que corra de tal forma que nos permita lançar o concurso e iniciar a obra ainda este ano.

A estimativa do projecto é à volta de trezentos cinquenta, trezentos e oitenta mil contos. Isto é a informação que eu posso dar relativamente a esta situação, que finalmente vamos ter também uma palavra de confiança, porque foi a decisão tomada pelo Sr. Director Geral, que neste momento mandou fazer um novo protocolo ao seu gabinete para ser assinado. Portanto para mim, é a garantia de que os muros poderão vir a ser recuperados.

Relativamente ao primeiro assunto aqui colocado, que é a intervenção da Sr^a Vereadora, Dr^a Maria da Luz, relativamente áquilo que a comunicação social transmitiu quanto à sua votação numa das últimas reuniões de Câmara, a propósito de uma construção a levar a efeito na Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Eu penso que se a Sr^a Vereadora tivesse tido esta intervenção num outro local, que não fosse numa votação numa reunião de Câmara, não causaria impacto nem surpresa aqui demonstrado. Seria mais uma intervenção das muitas que todos nós e que muitos dos municípios têm apresentado, quer na imprensa, quer na comunicação social, relativamente aos problemas que em geral ocorrem no património construído. Mas porque se trata de uma votação, em que muitos dos seus deputados ficaram surpreendidos por ver um Vereador da maioria, votar contra ou abster-se. Causou este impacto, que naturalmente

é considerado um impacto político, mas que eu não considero um impacto político. A Sr^a Vereadora fez uma declaração de voto, depois de ter votado em consciência, deu uma demonstração de preocupação pelos problemas do património. Não fez mais do que aquilo que faz o Presidente e que fazem todos os Vereadores e que fazem estes Deputados, e que fazem as pessoas mais despertas e que têm responsabilidades para a conservação do património. Só que o fez numa reunião de Câmara, com um trabalho que não diz respeito unicamente ao voto, mas alargou a sua declaração de voto a um tema muito vasto com a intenção de naturalmente dizer: eu sinto os problemas do património desta maneira e alerta também para os problemas do património desta maneira. Não é novidade que se pense assim, que se defenda o património. Hoje não há novidade, nem na aldeia mais remota da Serra da Estrela, que se pense manter a cal a cobrir o granito, todos tiram a cal do granito. O povo civilizou-se, educou-se, aceitou e como aceitou os problemas ambientais. Toda a gente sabe hoje discutir os problemas ambientais, entende as discussões dos problemas ambientais. E neste caso, penso que é o enquadramento daquilo que se passou.

A Sr^a Veredora continua a merecer a minha confiança política. Isto, tendo em conta que a preocupação que esta Assembleia colocou aqui é a questão política, é se a Câmara está coesa, é se a Câmara está unida? Está. Porque nós estamos com ela, em termos daquilo que é defender o património, ela está connosco também. E refuto aquilo que se disse aqui de que tudo foi desgraça nestes últimos anos em termos de património. Toda a gente sabe, que a vida é um caminho que se percorre com menos acidentes ou mais acidentes, e toda a gente sabe que as pessoas tem pressa de viver essa mesma vida, e toda a gente sabe que as pessoas são as pessoas, são os munícipes, têm interesses muito próprios, têm interesses muito específicos, e nem tudo é possível à Câmara Municipal, acorrer com essas preocupações que são legítimas e que nós também sentimos. Se num ou outro aspecto, por vezes podemos ter alguma perspectiva de que possam acontecer, neste caso eu não vejo nenhuma Câmara Municipal, se não tiver acompanhamento, se não tiver a compreensão dos proprietários, se não tiver a compreensão de todos, que possa resolver os problemas do património, que todos nós gostamos de manter. Mas eu lembro, porque é legítimo que o faça, perante aquilo que se pretende dizer da Câmara Municipal destes últimos anos. E começemos até por factos recentes. Quais são as Câmaras que aderiram ao urbanismo comercial? Procurando manter esse património, valorizando, dando-lhe vida, trazendo gentes para essas zonas, como o caso da Beira Mar. E outras, que naturalmente se estenderá. Ainda hoje li, que o Sr. Secretário de Estado do Turismo, até enquadrará, diz ele, apoiando nesse protocolo

firmado entre a Câmara e a Associação Comercial, o próprio mercado de Manuel Firmino. Eu estive nessa reunião, não é por a leitura só que tive conhecimento disso. Não estive foi na conferência de imprensa.

É ou não é verdade que esta Câmara Municipal tem procurado, na medida das suas possibilidades, se calhar nem tanto como é desejável, recuperar vastas zonas pedonais na zona antiga? É, não há dúvida alguma, tem-se feito. É indicação que não somos anti-património. E os vários concursos que esta Câmara tem feito ao PRAUD? (Plano de Recuperação das Áreas Urbanas Degradadas) Quantas vezes ficou em primeiro lugar, e foi depois preterida infelizmente, porque as decisões não estão na sua mão? Quem teve o cuidado de recuperar o edifício da biblioteca? Quem teve o cuidado de recuperar o edifício da Rota da Luz? E estes Museus que estão a ser feitos? Quem comprou o edifício da Carvoeira, em Esgueira, para ali colocar um Centro Cultural? E a Fábrica Jerónimo Pereira de Campos? E a Casa dos Morgados da Pedricosa? E o Teatro Aveirense? Eu há dias ouvi e tenho muita pena, que aconteça sistematicamente em Aveiro dizer, tudo está errado, tudo acontece mal. Há um programa numa rádio local em que tudo está mal, e nós transmitimos isto a todos os que nos visitam a toda a gente. Com certeza que há muita coisa mal ou podia estar diferente. Com certeza que há quem faça melhor do que os actuais. Não temos isso em dúvida. Eu há dias ouvi, a propósito do adro da Vera Cruz, numa rádio, alguém que recordava a sua meninice e a ida à escola, e então percorria na sua palestra todos os espaços, metro a metro, as pedras, as casas (...), uma desgraça. Hoje o Largo Maia Magalhães, naquilo que eu ouvi, não existe. Pois é, não existe se calhar o Largo Maia Magalhães do tempo dele, ele teve alterações. Era terra, passou a pedrinha, tinha árvores pequeninas, tem árvores grandes, tinha uma escola que naquela altura tinha condições pedagógicas e didácticas em condições, hoje não tem. Mas, até o monumento ao bombeiro, não era o monumento ao bombeiro, era um torresmo! Dizia o Sr. que falou na rádio ... É um torresmo aquilo. E depois terminava desta maneira: "... e o martelo devastador da Câmara, vai deitar abaixo a escola Maia Magalhães, com certeza para um loteamento obscuro...". Nunca alguém pensou deitar o edifício abaixo. Eu peço muita desculpa, mas é isto que acontece em Aveiro, há exageros."

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais Joaquim dos Santos Abreu, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Ferreira da Peixinha e João Pedro Simões Dias.

Vereador Henrique Mendonça:

" Sr. Presidente, Srs. membros da Assembleia Municipal, caros colegas, Srs. membros da comunicação social, eu queria três notazinhas muito simples na minha intervenção. A primeira porque dizendo-se mal do urbanismo, eu queria dizer como é que na Câmara Municipal de Aveiro o pelouro do urbanismo funciona. O pelouro do urbanismo funciona com um Arquitecto e um Engenheiro a informarem todo e qualquer processo de obras.(não sou técnico como sabem dessa área) São técnicos efectivamente de craveira, que eu considero bastante relevante, e por conseguinte, quando algum problema se me apresenta, eu tenho o cuidado de com outro técnico ir visitar o local. E se mesmo assim dúvidas me ficam, e sou acusado de levar muitos processos à Reunião de Câmara, precisamente porque tenho dúvidas. Por conseguinte, tenho cuidado nos licenciamentos. Não enjeito a minha responsabilidade dos licenciamentos, porque a tenho, e tenho falhas. Queria lembrar no entanto, que o licenciamento normalmente passa por uma informação prévia constitutiva de direitos, depois vem um projecto de arquitectura, e depois disso, ainda há o período de licenciamento, e depois a construção. Ora, aquilo que, durante um tempo parecia correcto (estou a referir-me à informação prévia) pode posteriormente já não parecer tanto. Só que há direitos que são adquiridos e muitas negociações têm sido feitas, no sentido de dessas informações prévias, porque dadas num determinado contexto, numa determinada altura em que se pensava a cidade de uma determinada maneira, terem sido alteradas. Portanto, o que eu queria dizer é que, sem ser técnico, me tenho rodeado das cautelas necessárias para deferir os pedidos de licenciamento.

Um outro aspecto que eu queria focar, porque aqui foi referido, é que houve, já neste mandato o licenciamento de um prédio de um politico, que talvez não fosse licenciado se esse prédio não fosse desse politico. Agora sem confirmação oficial, porque não a posso fazer no momento, mas que não tenho dúvida nenhuma fundada de que: primeiro, quando foi licenciado foi no anterior mandato. Segundo, quando foi licenciado, o actual politico não era politico. Um outro aspecto que eu também queria focar, era relativamente ao PDM. Eu queria lembrar que a disposição do PDM, que refere que à Assembleia Municipal devem vir as dificuldades na sua implementação, de preferência na reunião do Relatório e Contas, que será a próxima Sessão da Assembleia Municipal. Efectivamente, o regulamento do PDM está a ser reconsiderado nas suas vertentes, e devo dizer que ainda não foi a Reunião de Câmara, porque ainda não chegámos a um consenso. A equipa da Câmara está a trabalhar nesse campo, relativamente às dimensões e como devem ser os anexos para actividade agrícola. Um outro aspecto que também terá de ser visto, é o que se prende com uma alteração à muito esperada e que tenho

acompanhado e sei que está actualmente para ser presente a Conselho de Ministros; que é a alteração 69/90, por conseguinte da legislação pertinente e que regulamenta os lotes. Essa alteração irá possibilitar também, tanto pelo que julgo saber, por aquilo que estou informado, alterações pontuais que toda a gente reconhece como necessárias para que tudo funcione melhor. Portanto, na próxima Sessão desta Assembleia, ser-lhes-ão presente todos estes elementos".

Vereadora Maria da Luz:

"Eu penso que esta declaração gerou alguma polémica e também algum debate. Sinto-me feliz pelo debate; é sempre salutar e é bom. Sinto-me triste pela polémica. Muitas vezes aproveitada de uma forma eleitoralista, e às vezes pondo de lado algumas questões que são essenciais. De qualquer forma quanto ao debate, parabéns Dr^a Virgínia, aceitou o desafio também, de um debate futuro, e eu para isso estou sempre aberta, sobre as questões do urbanismo. E penso que essas podem ser debatidas em qualquer circunstância. De qualquer forma, quero aqui também reforçar, que tenho exercido o meu mandato com a maior liberdade. E quero por isso agradecer esta liberdade, aos meus colegas Vereadores e ao Sr. Presidente da Câmara, que ainda agora mostrou o seu voto de solidariedade para comigo. Fui eleita com o estatuto de independente e tenho me comportado como independente, nas questões com que concordo e talvez como militante livre, porque sempre me senti como tal, nas questões em que não concordo. Para mim o património também é uma questão de consciência, e penso que nessas não há disciplina partidária. Penso que não adianta pôr esta questão, em termos de se querer criar amizades ou de se querer virar alguém contra alguém, muito menos contra os técnicos da autarquia, pelos quais tenho o meu maior respeito, com os quais tenho levantado e debatido questões, estas questões implícitas da cidade, do património e do seu desenvolvimento. Técnicos esses também sentem questões na pele, e que também têm dificuldades em muitas vezes recorrer a mecanismos vários, para actuarem ou tecerem pareceres técnicos, quando toca as questões de ética profissional, questões de harmonia, de estética, de gosto, etc. É complicado, isto eu sei que não é fácil. A propósito destes meus três anos e ser só agora que eu faço este desabafo ou esta reflexão. Eu penso que estamos aqui todos, todos somos realmente, como disse o Dr. Mangerão cúmplices e culpados nestas questões. Todos temos culpas nas questões do património. Isto é uma questão que não é local, é uma questão nacional, é uma questão de todos os países, é uma questão de todas as cidades; não é uma questão fácil. De qualquer forma, eu penso que se esta declaração criou, realmente, ou pode servir como um caso exemplar e até pode ser

que o projecto no futuro, venha a ser um caso exemplar como modelo de arquitectura para recuperação e requalificação na Avenida Lourenço Peixinho. É de qualquer forma, uma oportunidade para defender aquilo que tenho em consciência e aquilo que significa para mim património e a sua preservação.

De qualquer forma, queria aqui dizer que me sinto triste porque à aqui muitas pessoas presentes, eu conhecia-as antes de vir para a Câmara, que tiveram com certeza oportunidade também e que têm algumas responsabilidades, em debates deste tipo e com esta seriedade. Penso que talvez esteja na altura de dizerem algo mais. De qualquer forma exprime livremente, e é com essa consciência que o fiz, e que o continuarei a fazer".

Vereador Victor Silva:

" Vou responder à questão da água, para responder aqui assim ao Sr. Salavessa e à Dr^a Virgínia. Eu tenho muita pena que este problema ainda não tenha sido resolvido, mas como sabe, nós tivemos muitos anos a fazer passar nas condutas água com teor de ferro muito elevado. Havendo uma ruptura e sempre que seja preciso inverter os sentidos da água, esta situação vai acontecendo ainda algumas vezes. Espero que cada vez menos e que a curto prazo essa situação deixe de acontecer.

O Sr. Presidente pede para falar aqui sobre a questão da Transria, que foi aqui levantado. Eu falo sempre da Transria com uma certa paixão porque fui um pouco o pai da criança. Ora bem, é que eu sempre que ouço falar deste problema, vem sempre bater na lancha de S. Jacinto. Eu já expliquei aqui mais do que uma vez, como é que apareceu a lancha de S. Jacinto. Por outro lado, foi aqui abordada uma questão, que é o problema das soluções, e que penso que é um tema que podia ser aqui debatido noutros moldes. Há algumas soluções em que eventualmente, nem todas as pessoas são unânimes na mesma solução. Eu sou capaz de defender uma, que outras pessoas poderão não concordar e posso dizer que na Câmara, foi sobre uma proposta que eu fiz sobre a solução desta situação. Foi pedido um estudo da viabilidade económica, de um solução que englobasse o aeródromo de S. Jacinto, o parque de campismo e o problema da lanchas, e que estamos a aguardar esse estudo de viabilidade económica. E será uma das soluções se a Câmara o entender e se esta Assembleia o aprovar. Portanto, não vou então fazer história, não vou falar mais sobre isto, mas enfim, o problema de S. Jacinto é um problema que se arrasta, que exige uma situação diferente certamente da que tem acontecido, mas é preciso saber em que contexto é que foi comprada a lancha de S. Jacinto".

Vogal António Salavessa:

" Eu começava exactamente aqui por S. Jacinto. É evidente, que independentemente da forma e das soluções e daquilo que tem sido encontrado e das críticas que se façam, é obvio que a Câmara tem que enfrentar o problema da acessibilidade, da ligação da população de S. Jacinto à Sede do Concelho, e é pena que às vezes se considere frequentemente que agarra mal, mas tem que agarrar. De facto, há um conjunto de problemas que se colocam, o Sr. Presidente falou numa listagem de obras que estão em curso. Eu não sei se essa listagem de obras que estão em curso se correspondem a um sentimento generalizado de bem estar por parte da população. Se há questões que se colocam além dessas e que, como digo, de haver falta aqui de um interlocutor, que seria o Presidente da Junta. Nós não temos uma noção exacta dessas situações. Eu lançava o desafio a esta Assembleia, a começar pela Mesa, se não será de agendar uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal em S. Jacinto, para provar esta mesma solidariedade, que faz parte do Concelho, que não há dúvidas nenhuma em relação a isso. E que para essa Sessão Extraordinária fossem agendados problemas que têm a ver com a população ou o Plano de Urbanização, etc. Acho que podíamos, em certa Conferência de Representantes ver a possibilidade de fazer uma Sessão Extraordinária da Assembleia, em S. Jacinto.

Quanto ao problema das águas turvas. O problema das águas turvas Sr. Vereador, não tem a ver com o considerar que está tudo mal. Eu até citei o exemplo do inquérito do Forum Ambiente que coloca Aveiro salvo erro, na zona amarela quase na verde no que diz respeito à água. O alerta foi de que, ao mesmo tempo que há esta avaliação global, continuam a existir momentos de muito má qualidade e esta garrafa que me foi entregue, que foi mostrada numa sessão pública em Cacia, e que eu pedi para a trazer aqui. Esta garrafa foi colhida em Tabueira e nessa sessão estava bastante gente de Cacia, o Sr. Presidente da Junta estava lá, muita gente se queixa do mesmo problema, portanto, não é tão pouco frequente quanto isso.

Quanto ao património, isto estarmos a medir palavras, as palavras às vezes têm um significado para uns, diferente do significado que tem para outros. O que é um facto e penso que nisso estaremos todos de acordo, é que Aveiro não é um exemplo de defesa do património. Se é desgraça se não é desgraça, isso podemos discutir. Mas não é um exemplo porque ao longo dos anos à custa de se dizer que não há monumentos significativos, não se prestou atenção ao valor que tinha um conjunto arquitectónico homogéneo e que foi pouco a pouco descaracterizado e isso foi feito, de facto. Hoje são poucas as zonas que correspondem a um determinado tipo de urbanismo que caracterizou Aveiro e que foi sendo

alterado, foi sendo destruído. E essa imagem que era a imagem possível de guardar, hoje não se guarda. Mesmo quando se fala hoje em defender a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, o que é que há já hoje a defender na Avenida Dr. Lourenço Peixinho? É a Sede do PCP e a casa que está em frente? E pouco mais pouco mais haverá. Portanto, não é um exemplo de defesa do património. Quanto aos muros da ria, o que consta nestes processos é que às vezes dizem-se coisas que depois a realidade mostra que não são verdadeiras. São dadas informações à Assembleia que depois vemos que não se confirmam. Não é preciso ir mais longe. Aprovamos hoje a acta nº56. Pelo facto das actas andarem atrasadas, dão-se estas evidências. Na acta 56 de 22 de Julho do ano passado, o Sr. Presidente da Câmara, afirmou a esta Assembleia, o seguinte: "no que se refere à recuperação dos canais da Ria, informou que a Câmara, recebeu um ofício da JAPA a informar que esses trabalhos já foram adjudicados à Consul Mar".

Vogal Filipe Brandão:

" Sr. Presidente, muito curto, quase telegráfico, permite-me destacar dois pontos: em primeiro lugar, no que ao que aqui hoje foi dito sobre os muros da Ria, eu queria apenas dizer que, trinta e oito meses depois de em treze de Dezembro de 1993, a Câmara Municipal ter adjudicado à empresa de Dragopor por ajuste directo a dragagem dos canais, o resultado, nós constatamos; é lamentável, é um ultraje, é humilhante para esta Cidade, que se continue a falar da recuperação dos canais, no futuro condicional, como hoje foi feito. Portanto sobre isto, nada mais quero dizer.

Ponto número dois "Nolascogate", o Sr. Presidente tentou e de alguma forma hábil, desvalorizar o que a Sr^a Vereadora disse, para no limite, dizer que estava tudo bem. Sr. Presidente, não estamos a falar de torresmos nem de afins. Porque, e uma vez que tenho a felicidade de ter a acta à minha frente, eu permito-me só confrontá-lo com duas ou três frases. Porque o que a Sr^a Vereadora disse, e espanta-me que o Sr. Presidente diga que considera isso o normal. O que a Sr^a Vereadora disse é que em Aveiro o que perturba não é opção pela transformação ou substituição, mas a má qualidade do que passou a existir, a desenfreada vontade de preencher maciçamente todos os vazios. Refiro-me obviamente, aos escandalosos avançados e recuados de recuados, à irracional miscelânia de materiais, texturas, etc. A Sr^o Vereadora, e como diz o Dr. Nuno Tavares, muito bem, e eu subscrevo integralmente, não apenas analisa como qualifica. E se o Sr. Presidente entende que o facto responsável pelo pelouro da cultura, dizer o que se passa em Aveiro é um escândalo. Quando se diz, que o que existe é a vontade de preencher maciçamente todos os vazios. Se V. Ex^a entende que mesmo assim está tudo

bem, eu penso que V.Ex^a está demitido das suas responsabilidades. Porque, como disse também o Sr. Salavessa, a única constatação que nós podemos ter é que Aveiro não é um exemplo de preservação do património, mas corre seriamente o risco de ser um exemplo de destruição do património. E portanto, se V. Ex^a adopta um método perante as adversidades, as ignorar, penso que não iremos a lado nenhum, e seguramente que Aveiro se vai atolando enquanto V.Ex^a conduzir os seus destinos".

Vogal João Barbosa:

" Sr. Presidente, eu era só para alertar para uma situação que ouvi agora aqui e que já me deixa preocupado. Eu fiz uma recomendação e pedi à Câmara e chamei à atenção na altura, do esquecimento a que tem sido dado um dos mais ilustres Aveirenses. E o que é um facto, eu pedia para se comemorar os centenário da morte dele, e vejo, logo a seguir que quando o Sr. Presidente da Câmara falou nos ilustres Aveirenses, falou nos três que foram aqui falados e esqueceu-se de mencionar realmente o mais ilustre. Eu, pelo menos espero que o Sr. Presidente tenha passado, mas era só para chamar à atenção para que a Sr^a Vereadora não se esqueça".

Vogal Armando Vieira :

" Sr. Presidente, gostava que o Sr. Presidente da Câmara, respondesse a uma pergunta concreta que lhe fiz sobre pavilhões/ginásios de escolas C+S, que deve por lapso, com certeza, ter-se esquecido de responder. De igual modo, e não querendo entender com isto que é um desrespeito pelos Presidentes de Junta. A Sr^a Vereadora Dr^a Maria da Luz esqueceu-se de responder a um questão muito concreta que lhe pus do jardim escola. E ao Sr. Dr. Mendonça gostaria, já que falou no assunto que eu aqui falei no início, vou voltar a falar nele. Sr.Dr. Mendonça, eu nunca falei que o prédio em questão não estava licenciado. Eu apenas disse, que foi demolida uma frontaria de casa, que estava impedida de tal, pelos técnicos da Câmara, e que confrontados com a questão que eu lhes pus, porque é que tinha sido demolida; me foi dito que foi demolida porque um politico era o interessado. Não era politico na altura, era candidato a politico, que eu bem me recordo na altura. Sr. Dr. Mendonça, permita-me que eu questione sobre os vários pedidos que temos feito, os Presidentes de Junta, no sentido que sejamos consultados quando há realinhamentos por construções, de muros de vedação nas zonas de maior pressão urbanística ou dos centros urbanos das freguesias. Fizemos este pedido tantas vezes e nunca fomos ouvidos. E eu vou-lhe dizer, está-se a passar na minha freguesia, que temos que convencer dois proprietários a demolir coisas recentemente feitas. Porque não nos dão o valor que eu suponho que nos deviam dar ou a importância ou o respeito que devíamos ter, porque acho

que temos um entendimento mais próximo das situações e talvez se evitassem estas questões. E do PDM Sr. Dr. Mendonça? Eu não sabia que estavam a rever o regulamento do PDM! E eu pergunto: então as nossas propostas, não contempladas na versão final do PDM e que foram prometidas serem incluídas na versão final do PDM, não são agora objecto de atenção? Então as nossas críticas ao regulamento do PDM, não somos agora ouvidos, ou reouvidos para que ajudemos a Câmara a corrigir aquele ridículo regulamento? Não acha que podemos ser úteis à correcção desse regulamento?"

Vogal Cruz Tavares :

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria fazer duas ou três observações aos esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente da Câmara e também pela Sr^a Vereadora do pelouro da Cultura. A primeira observação é que fiquei, de facto, desolado com a informação de que não há dinheiro para os muros. A Câmara Municipal continua disponível para colaborar no custo das obras, mas a Direcção Geral de Portos não tem dinheiro, a Junta Autónoma do Porto de Aveiro, não tem dinheiro. Ao contrário das expectativas até agora criadas, os muros e a sua reparação estão cada vez mais afastados do horizonte. Como já foi aqui lembrado, ninguém pode ignorar, que a dragagem da Ria foi feita em 1993, exactamente sobre a pressão do acto eleitoral seguinte, ninguém tem dúvidas. Sr^a Vereadora da Cultura, hoje tão preocupada com polémicas eleitorais, que se tratou de uma obra puramente eleitoralista. E meus Senhores, quem não tem dinheiro não tem vícios, quem não tem dinheiro não investe em eleitoralismos. Se esta Câmara, muito hábilmente, conseguiu obter uma comparticipação da Direcção Geral de Portos, da Junta Autónoma do Porto de Aveiro, no custeamento da reparação desses muros; é porque para além de muito hábil, conseguiu fazer o ninho atrás da orelha dessas instituições. Eu lembro que quando, noutra acto de puro eleitoralismo, se decidiu fazer as eclusas para se ganharem as eleições seguintes, ganharam-se. A drenagem da Ria foi para ganhar as eleições seguintes e ganharam-se. Os Senhores ganharam-nas. Nessa altura, alguém teve a prudência de pensar: se vamos fazer as eclusas, temos que as pagar. E lembro que houve acidentes nas eclusas, semelhantes, possivelmente do mesmo custo, que o acidente dos muros. E quem pagou esse acidente, essa reparação, foi a Câmara Municipal. Pelo menos nessa altura, arrajou dinheiro para pagar os seus vícios, e para pagar o seu eleitoralismo. Quatro anos depois, fizeram a mesma tentativa e desta vez, apesar da colaboração inicial da Direcção de Desportos e da junta Autónoma, talvez tivessem acordado a tempo e se tivessem lembrado, que quem fez o mal que faça a caramunha. Se esta Câmara conseguir que

alguém pague a reparação daqueles muros, tem os meus parabéns e as minhas felicitações. Porque aquela obra apesar de ser fiscalizada pela Junta Autónoma do Porto de Aveiro, foi de iniciativa exclusiva da Câmara e para seu proveito próprio, para mais ninguém.

Sr. Presidente, lamentou-se que há muita imprensa, há muita rádio, que apenas faz a crítica negativa da acção da Câmara Municipal. Toda a gente diz que Aveiro está mal, e não há dúvida que teve o cuidado de enumerar uma lista daquilo que a Câmara fez de bem. Eu devo dizer Sr. Presidente, que qualquer elemento da oposição, eu próprio, seria capaz de estar alguns dias a dizer bem da Câmara, alguns dias a enumerar aquilo que esta Câmara e as anteriores fizeram de positivo nesta Cidade, mas não é minha obrigação fazer isso. O Sr. tem uma bancada, o Sr. tem um Executivo, que o apoia, ou que tem obrigação de o apoiar e são esses elementos de Executivo, que não contrapõem nem fazem o contraponto a estas críticas, que por vezes são de facto exageradas. A nossa obrigação, a minha obrigação, é criticar aquilo que foi mal feito e que tem vindo a ser mal feito, e que V. Ex^a certamente reconhece que temos razão nessas críticas que fazemos.

A Sr^a Vereadora da Cultura, continua a presentear-nos com as suas pérolas culturais. As diversas intervenções que têm feito nesta Assembleia, têm suscitado de facto, não só polémica, não só debate, mas reacções que de facto suscitam da nossa parte, alguns comentários que, infelizmente não podem ser simpáticos, para a pessoa simpática que é a Sr. Vereadora. Em primeiro lugar, referiu que gostava muito dos debates, mas não gostava das polémicas para fins eleitoralistas. Eu acabei de lhe dar um exemplo, redondo, do que tem sido as acções eleitoralistas do Executivo a que a Sr^a Vereadora pertence ou pertenceu. Porque actualmente o Sr. Presidente é diferente daquele que a escolheu. Tenho que lhe a observar que não concordo que a Sr^a Vereadora agradeça a liberdade que tem disfrutado no Executivo. Se agradece a liberdade, alguém lhe a concedeu, alguém lhe a ofertou, e como sabe em Democracia, a Liberdade, costuma conquistar-se, em muitos casos com muito custo. Finalmente fez uma observação, relativamente ao Edifício da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, que foi aquele que suscitou este debate ou esta polémica. (A Sr^a Vereadora gosta de debate, nós gostamos da polémica mais debate, as duas coisas) E que foi, pôr de facto, o dedo na ferida e que até agora ainda não foi encarado nesta perspectiva. O problema do Edifício que está em causa e que tem, pelos vistos qualidade arquitectónica, não pode ser comparado, à luz do cenário tenebroso que teceu contra, enfim, inclusivamente a acção do actual Executivo, que acho que foi um pouco exagerado, já o disse. Mas deve ser comparado com o projecto que vier a ser estudado para aquele Edifício. A comparação tem

que ser entre o que existe e que é velho, que é antigo, é de materiais perecíveis, e a proposta que vai ser debatida e naturalmente aprovada ou reprovada pela Câmara, à luz do conceito actual de urbanismo. Portanto o debate tem que ser entre o que existe e o que se propõe. E nunca partir-se da hipótese de que o que está construído, está bem construído e há que preservar a todo o custo um edifício, que não tem classificação monumental, que não tem classificação como património municipal. E pelo facto de ser um edifício com qualidade arquitectónica, conceito com o qual eu concordo perfeitamente, não pode ser comparado, com um projecto que tenha mais qualidade arquitectónica que aquele edifício. Acho que a questão foi perfeitamente deslocada do seu contexto. Que os serviços competentes da Câmara, comparem qual é o projecto que se propõe para tapar aquele buraco. E depois discutamos, à luz das duas situações".

Vogal Jorge Nascimento:

" Eu gostava de dizer, que me era lícito até fazer uma intervenção, a mim ou a qualquer outro Sr. Deputado. Porque na verdade o que se tem estado a fazer aqui, não tem sido o direito de réplica. Eu entendo o direito de réplica quando, o Deputado utiliza a resposta ao Sr. Presidente ou à intervenção da Câmara, reproduzindo ou adicionando elementos, mas sobre o tema que interveio na primeira intervenção. Ora, quando se extrapola para outros temas, que não foram os da primeira intervenção, é evidente que se está a sair do direito de réplica e legitima quem quer que seja, eu designadamente, a intervir sobre outros temas. Mas eu não vou fazer isto. Mas gostava de responder realmente ao Sr. Eng^o Cruz Tavares. Realmente devo dizer-lhe, que esta bancada tem o seu método próprio. Escolheu, sujeita às críticas, e portanto nisto de intervir ou não intervir na defesa do Executivo que manifestamente apoia, o faz com a oportunidade com que entende. E devo dizer também, ao Sr. Deputado Eng^o Cruz Tavares e a esta Assembleia, que entendemos que muitas vezes, é a própria oposição, que afinal vem a dar razão ao nosso silêncio com as intervenções que tem. Quer a oposição muito legitimamente, às vezes, que nós vamos dar guita ao papagaio.

Quando se diz: " Só se vai buscar os avançados ou os recuados", que com todo o respeito são o fruto de uma opinião, de uma pessoa, que enfim, apoiante do Executivo e que tem todo o direito e liberdade de criticar algumas actuações do próprio Executivo, de que faz parte. Quando nós verificamos que a própria oposição diz: "Que poderia estar aqui um dia inteiro a falar das obras de bem fez a Câmara", nós dizemos: A obra que o Executivo faz e que nós apoiamos está à vista. Nós não estamos aqui, seguramente para alimentar polémicas e é esse o sentido. Portanto, intervimos quando entendemos que devemos intervir,

fazêmo-lo quando entendemos que é oportuno, e não precisamos de estar a reboque de ninguém".

Vogal Diogo Machado:

" Sr. Presidente, antes de mais e como ponto prévio, eu gostaria de dizer e agradecer para já o momentâneo silêncio que se fez nesta sala, porque se há Deputados nesta Assembleia que conseguem elaborar o seu raciocínio, com este barulho que se passa à nossa volta, outros há e é o meu caso, que não o conseguem. Dirão que é limitação minha, mas é assim que eu sou.

Em primeiro lugar, vou-lhe dizer que vou ser rápido, vou-lhe dizer que não vou fugir daquilo que o meu colega de bancada, Dr. Jorge Nascimento e muito bem, entendeu e definiu como direito de réplica. Vou falar única e exclusivamente, sobre aquilo que falei na intervenção que fiz, antes das respostas do Sr. Presidente da Câmara. E vou começar por falar em relação aos muros da Ria. Fui eu que levantei a questão aqui, e ela foi-me cabalmente respondida pelo Sr. Presidente da Câmara. É verdade, que já lá vão trinta e oito meses, é verdade que os muros da ria estão num estado de degradação que nos entra a todos pelos olhos dentro, e que não é mais admissível. Não é menos verdade, de que esta Câmara sempre se preocupou e sempre procurou de uma forma ou de outra, com maior ou menor eficiência, e está-se a provar que com maior, resolver esse problema. E é para mim gratificante e não lamentável, nem humilhante, nem sequer ultrajante. É para mim gratificante, que ao fim de todos estes meses, se possa estar presente numa reunião como esta, em que se ouve o Presidente da Câmara dizer, que a Câmara vai liderar o processo, e que, independentemente de outras entidades do Estado, como Direcção Geral de Portos ou a Junta Autónoma do Porto de Aveiro, não terem dinheiro para tal, é para mim gratificante ouvir o Presidente da Câmara dizer, que vai avançar e que a Câmara vai já disponibilizar o dinheiro. Isto, é o que eu chamo assumir, não só as suas próprias responsabilidades, mas também, e porventura, responsabilidades de outros, que não estarão também a ser tão bem assumidas.

Também em relação aos muros da Ria, eu gostaria de dizer que nunca considerei que a dragagem tivesse sido uma obra eleitoralista. Várias vezes esse problema foi aqui discutido e sempre eu mantive a mesma opinião. Como não considero que as eclusas sejam uma obra eleitoralista, como não considero que qualquer uma dessas ou outras que porventura, se lembrem de enunciar, sejam obras eleitoralistas. Pela parte que me toca, pela minha formação, não seria capaz de apoiar nenhum Executivo, nenhum Presidente de Câmara, que para se "perpetuar" no poder, apenas ou só levantasse obras eleitoralistas. Até porque, essa

história das obras eleitoralistas é sempre muito falada, há sempre milhares de obras eleitoralistas, a oposição diz sempre que todas as obras são eleitoralistas, que ficam para os últimos meses. O poder, diz sempre que não senhor, as obras não são. Portanto se vamos começar a discutir isto, nunca mais nos entendemos, aliás, já não nos entendemos há muito. Ao considerar que obras tão importantes como estas e outras são obras eleitoralistas, e única e exclusivamente feitas em proveito próprio, está-se a passar um atestado de burrice, um atestado de irracionalidade, e um atestado de falta de capacidade de raciocínio ao povo deste Concelho. Em segundo lugar e em relação às tão faladas declarações na declaração, proferidas pela Vereadora deste Executivo, pessoa que prezo, por quem tenho consideração. Aquilo que aqui se ouviu foi um paralelo, o oposto claro e nitido, do que por exemplo se passou a nível nacional, em relação à discussão, do projecto-lei do aborto. Em que eu vi, pela televisão, altos dirigentes socialistas com altas responsabilidades, no Partido Socialista por exemplo, extremamente revoltados, contra um militante socialista que por acaso ou não, é Primeiro Ministro. Só porque exprimiu a sua própria opinião e disse que era contra, pessoalmente contra. E eu ouvi essas declarações. E eu vi o mau estar de grande parte do aparelho do Partido Socialista. Pois aqui, o que se passa é exactamente o oposto. Aqui, o que se passa, é que houve aqui um voto de confiança numa Vereadora, que entendeu exprimir a sua opinião da maneira que o fez. E aqui ouvimos o Sr. Presidente da Câmara dar uma lição de Democracia, pluridade de opinião, de honestidade política até, e prestar-lhe a sua solidariedade. No entanto, eu gostaria também eu em meu nome pessoal, e porventura da bancada onde me sento, de muito claro e frontalmente, dizer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, que a minha única e principal e maior solidariedade é para com o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro".

Vogal Rosa Pires:

" Eu gostava de retomar o tema do planeamento, sob duas perspectivas: a primeira tem a ver com o PDM. A memória pode estar a falhar-me, mas julgo que não. O PDM foi aqui discutido e funcionou a Comissão em Dezembro de 1994 e foi aprovado na Assembleia Municipal, com toda a controvérsia que se recordam, estava à volta dele, em Janeiro de 1995. O processo de ractificação foi demorado e a publicação é que foi bastante longa. E portanto, só no final de 1995 é que foi publicado. Posso estar enganado, mas julgo que não. Claro que antes de estar publicado não é Lei. Mas, era já um guião, para designadamente os licenciamentos. E portanto, já haveria oportunidade de as pessoas se irem apercebendo das vantagens, das desvantagens, dos impactos. E haveria possibilidade de

quando se faz o Relatório, em 1996, se reflectir. Não seria obrigado legalmente, mas face a toda a controvérsia que gerou, creio eu, que se estivesse numa situação deste género em que eu era responsável, face a toda falta de à vontade que inclusivamente o actual Sr. Presidente da Câmara, manifestou em relação ao documento, que mereceria uma alteração mais profunda.

Em relação à outra questão das declarações da Sr. Vereadora, eu devo dizer que a este respeito, julgo que a Sr^a Vereadora devia ter para com esta Assembleia, palavras bastante diferentes. Eu recorde, e é apenas um exemplo, que esta Assembleia fez um debate sobre a construção da Cidade. Na construção da Cidade pegou em três temas: o passado, o presente e o futuro. Ouvimos sobre o passado o Dr. Amaro Neves, que levantou questões interessantíssimas sobre o nosso património. Sobre o presente, ouvimos o Arquitecto Pompílio Souto, e sobre o futuro o Sr. Prof. Júlio Predosa. Esta Sessão feita nesta Assembleia, não tinha apenas a ver com o objectivo de nos sensibilizar a todos nós, mas reparem, vieram pessoas convidadas, dissemos que era importante ouvir os cidadãos ácerca deste assunto, e o simbolismo de chamarmos pessoas de fora, foi em si próprio um simbolismo que nós valorizámos; não foi por acaso. Procurámos com isso pôr na agenda da nossa politica a comunidade Aveirense. Terceiro, essa discussão foi feita sem nenhuma agressividade especial, para com a Câmara. Foi feita, porque foi uma discussão que julgámos que devíamos ter. Já lá vão uns tempos, em que olhamos para o passado. Não podemos ser acusados de eleitoralismo, estávamos longe das eleições, este Executivo podia então, ter ganho a sensibilidade, que agora um pouco tardiamente, algumas pessoas têm demonstrado mais aberta. Mas já nessa altura esta Assembleia, teve a meu ver, um comportamento exemplar. O problema das declarações, não foi obviamente para fazer a agenda politica, esse foi um efeito claro, e benéfico, não há dúvida. A forma como o problema é equacionado é inadequada, é lançar para cima de terceiros, sobretudo, para os tais Arquitectos, Engenheiros e Urbanistas. E quando nós equacionamos mal um problema, não o conseguimos resolver, e é esta a penalização. E o que mais me custou mais ver, foi depois do esforço que algumas pessoas têm feito, ver mais uma vez o problema equacionado mal, e lançado para a costas de terceiros. E esta Assembleia, (eu só citei o exemplo) com a Sessão que organizou sobre a construção da Cidade, merecia hoje talvez, ter um outro reconhecimento do que teve nas suas palavras".

Presidente da Câmara:

" Queria oferecer os préstimos da Câmara Municipal quanto à visita a S. Jacinto, que é disponibilizar ou o barco ou o autocarro, para

esta Assembleia lá fazer uma reunião de trabalho. ou uma simples visita, um encontro, ou detectar situações, se não for possível a própria reunião da Assembleia.

Voltando ao assunto dos muros dos canais, é facto e é evidente, que cada um interpreta à sua maneira. Se não tivessem caído os muros, se não tivesse sido regularizada o nível da água, entre a eclusa e o restante canal, se calhar nem ninguém pensava que tivessem sido obras eleitoristas. Dá-se a coincidência de que, nunca a Câmara teve a possibilidade legal de intervir na zona do domínio público marítimo e muito menos nos canais. Dá-se também a curiosidade de que, há décadas que se reclamava o desassoreamento de canal, há mais de vinte anos que não tinha mais entrado no canal, a draga da Junta Autónoma do Porto, para tirar com aquele balde e pôr naquele camião e transportar lamas para determinado local. Estava abandonado o canal. Os resultados que se pretenderam adquirir através da eclusa, estavam a ficar negativos. Mesmo com o nível de água já se via o assoreamento cada vez maior, essencialmente junto da Capitania. O que é que aconteceu? Perante a situação do mau cheiro do Canal, perante o assoreamento feroz e rápido que estava a acontecer, a Câmara, como se costuma dizer, calçou as tamanquinhas e foi acudir como pôde à situação. Fê-lo da melhor forma? Se calhar não fez, a verdade é que a preocupação que a Câmara teve foi retirar o mau cheiro, foi criar um nível de água que pudesse contribuir para esse efeito, e num determinado ano entrou também na recuperação dos muros. Foram duas situações que poderiam até ter contribuído para a desafecção do Domínio Público Marítimo. Mas entidades que dominam o domínio Público Marítimo, são difíceis e é complicado, para que isso possa resultar com rapidez. De maneira que, eu queria deixar também a minha opinião, de que, se pensarmos estritamente no acto político, no acto eleitoral, no ganhar lugares na Administração, com certeza que até o estarmos aqui é um acto político e eleitoralista.

Quanto à comemoração do centenario do Manuel Firmino, é um assunto que poderemos tratar, em termos de Serviço de Cultura e aceitamos perfeitamente a proposta que o Sr. Presidente da Junta colocou, que é a colocação da lápide na casa onde nasceu.

Os pavilhões ou ginásios para as escolas C+S. A preocupação do Sr. Presidente da Junta não corresponde, naturalmente à posição que a Câmara vai tomar. A informação que temos, é um critério estabelecido pela Direcção Regional de Educação do Centro. Naturalmente que numa determinada fase, a Câmara Municipal ao construir pavilhões, optava por os colocar nas escolas que ela própria construiu. Agora os critérios estabelecidos pela Direcção regional de Educação do Centro, é de que são preferenciáveis as escolas mais antigas,

e as que tiverem mais população escolar. E como eu preciso dos 80 ou 75% de dinheiro da parte do Estado, eu tenho naturalmente que me sujeitar, aos critérios estabelecidos por quem é hoje dono da obra construída. Hoje quem coordena a escola, quem decide o que se lá faz, quem investe, naturalmente que a Câmara terá sempre que investir, pois criou-se esse hábito, o Governo nunca faz uma obra que as Câmaras não tenham que entrar. Inverteram-se as situações. Nessa altura serão respeitados os critérios estabelecidos pela Direcção Regional. Com uma preocupação é que se de repente a Secretaria de Estado dissesse, vamos fazer dois pavilhões, a Câmara tentará fazer o terceiro, para mais rapidamente preencher o espaço das quatro escolas. Essa resposta tranquiliza, não há aqui eleitoralismo nenhum. Há critérios, respeitam-se os critérios, somos todos iguais, o que é preciso é ginásios.

Eu não comentei a comunicação social, mas sim e apenas, o que alguns utilizadores através dela dizem. Porque a comunicação social, naturalmente que é a comunicação social, está na sua tarefa".

Entretanto saiu da sala o Vogal Gonçalo Nuno Cetano Alves

Vogal Custódio Ramos:

"Era só para refutar o Sr. Presidente da Câmara, da questão dos canais da Ria. É que, bastava que qualquer Autarca deste Concelho, estivesse minimamente atento, aquando da construção das eclusas, para se saber que mexendo nos fundos dos lodos, que as paredes caíam. Sabia-se previamente que as paredes iam cair. Este estudo, consta da discussão travada em torno da obra das eclusas. Andaram distraídos, precipitados, envolvidos na referida campanha eleitoral. Sabia-se previamente que mexendo nos fundos dos lodos, que os muros caíam. Sabíamos isso todos, qualquer leigo sabia isto previamente".

Vogal Diogo Machado:

"Sr. Presidente, muito obrigado. Era para fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Custódio Ramos à cerca desta intervenção. É para perguntar também, embora eu saiba que isso não consta do estudo, qualquer leigo podia dizer isso, embora não seja líquido que assim fosse, pelo menos viscoso. E em segundo lugar era para pedir um esclarecimento ao Sr. Custódio Ramos, no sentido de lhe perguntar, se também consta desse estudo que, tempos depois se iria fazer a dragagem dos canais da Ria, para que nesse estudo tivesse que constar, uma recomendação - não mexam nos lodos, senão os muros caem".

Terminado o período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, submeteu à votação do plenário, "O Voto de Pesar

Pela Morte do Senhor Padre Arménio", tendo o plenário votado por maioria de trinta e três votos e uma abstenção.

Imediatamente a seguir entrou-se no ponto nº 1 da agenda de trabalhos:

PONTO Nº 1 - COMUNICAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

NOTA: - A comunicação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi distribuída por todos os membros desta Assembleia, pelo que a mesma faz parte integrante do original desta acta.

Seguidamente usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, para fazer a apresentação da Comunicação escrita supra, e para destacar alguns aspectos mais importantes da actividade Municipal, tendo-se colocado de seguida à disposição dos Srs. Deputados Municipais para eventuais esclarecimentos.

Aberto o período de esclarecimentos usou da palavra:

Vogal Raúl Martins:

" Eu estou muito satisfeito com esta comunicação do Sr. Presidente da Câmara à Assembleia Municipal, porque de facto, quem a lê verifica o imenso trabalho que efectivamente, a Câmara conseguiu fazer em dois meses. É um trabalho louvável e que deve merecer os maiores encómios, tanto mais que estiveram tantos anos sem fazer nada e de repente aparece quase tudo feito. Quase tudo feito não, porque como vêem aí na parte da Cultura, que é uma parte que me é particularmente cara, não se faz, ultima-se. Ultima-se o programa, mais a preparação do programa, mais a realização. Mas penso que durante este período, a Câmara, enfim, atingiu padrões e níveis nunca antes conseguidos. E tem até aqui neste documento que nos apresenta verdadeiras preciosidades que atestam o seu trabalho. Assim a página 14, eu gostaria de ler o que diz aí do PP da requalificação da EN 109, diz : " O PP de requalificação urbana da EN 109 encontra-se após o diálogo, com vista ao reenquadramento deste e dos restantes Planos de Pormenor da área central da Cidade, encontra-se em fase de sistematização, resultante da discussão obtida no âmbito de instrumentos de planeamento mais abrangentes, como o caso do Plano Estratégico, do Plano de Urbanização da Cidade, do estudo do Ordenamento de Circulação do Estacionamento e do Metropolitano

Ligeiro Eléctrico Moderno e da discussão do modelo técnico proposto na fase inicial do PP da requalificação da EN 109, com vista à reorientação do seu programa para permitir a conclusão de uma solução urbanística devidamente integrada integradora. Neste processo e nesta fase assume o papel preponderante a discussão dos condicionamentos existentes, nomeadamente das que resultaram das infra-estruturas que atravessam a área plano e os relatórios à inclusão de equipamento estruturante para a Cidade, no programa base deste Plano de Pormenor". Penso que é um óptimo trabalho que estão a fazer. Não percebi bem, mas tudo bem. Na página 15, no PP das Glicínias, também é uma coisa interessante porque se diz: "O PP das Glicínias foi analisado pela Câmara Municipal de Aveiro em 04.11.96 e remetido às entidades". Muito bem, ficámos a saber que as entidades a esta altura já receberam este PP. Por exemplo a páginas 24 fala da construção do mercado de Santiago a dizer: "os trabalhos de acabamentos decorrem com normalidade apontando-se para breve a sua conclusão". Tudo bem, tinha sido prometido no Plano anterior que acabavam em Março, devem estar neste momento a acabar. Mas, agora falando mais a sério, fala-se aí da Junta de Freguesia de Aradas, acompanhamento das obras de ampliação. Eu tenho assistido a essas obras de ampliação, sinto que a Junta de Freguesia de Aradas necessitava de instalações, porque aquelas já não eram condicentes com o trabalho e com a necessidade que tem essa Junta. Agora pelo que vejo é que se está lá a fazer um mamarracho. Destruíu-se um edifício que estava bem enquadrado, e está-se lá a fazer um mamarracho, que no fim, espero que o Sr. Presidente da Câmara nos convide para sua inauguração, porque aquilo que se está lá a fazer, enfim, ainda não se viu o resto, mas deve ser merecedor de algum prémio. Espero que a nossa Vereadora da Cultura não tenha visto aquilo, porque se não na próxima reunião do Município lá temos mais uma declaração.

Na página 32 também tem aí uma coisa simpática, que é a referida sobre o tema "Aveiro, capital da bicicleta", com um texto óptimo, que diz assim: "Equipamento para estacionamento das bicicletas, após a instalação dos primeiros dezanove módulos destes equipamentos, foi sentida a necessidade de reformular o distintivo; preparação de nova encomenda". Enfim, não percebi se a preparação da nova encomenda é de distintivos, se é de equipamentos, se é de módulos, enfim, se é de bicicletas. Apenas uma referência na página 34 ao estudo do ninho artificial para o parque da Cidade de Aveiro, e que diz: "no âmbito do estágio do curso propício, seja o que seja este curso (...). Investigou-se as experiências existentes já colocadas em diversos locais, (a menos que seja, uma investigação na biblioteca, uma investigação bibliográfica) desenvolveu-se o estudo com desenhos e maquetes". Mas, o que eu acho, quando a

Câmara se excedeu neste seu trabalho durante estes dois meses, foi efectivamente, na Igreja do Carmo. Que eu não dei que ela estava caída, mas de facto, como podem verificar aí, durante estes dois meses a Câmara conseguiu o levantamento da Igreja do Carmo, que certamente estava no chão. Vejam a preciosidade da página 37, tem, relativamente à salubridade higiene e limpeza, tem uma descrição dos equipamentos que estão um pouco distribuídos pela Cidade e pelos arredores. E vejam, contentores novos de PVC, substituição zero; vidrões novos restaurados, substituição zero; papelões novos restaurados, substituição zero, papeleiras novas de PVC, substituição zero, pilhões novos, substituição zero. Se não era para gastar papel, para que é que se meteu aqui uma coluna de substituição, se tudo aquilo que existe na substituição é zero. Não entendo".

Vogal Virgínia Veiga:

"Antes de mais gostaria de chamar à atenção para o arranjo urbanístico da área existente entre o Canal de S. Roque e o IP5, que me parece preocupante. Dá a impressão de que é mesmo um mero arranjo e de que se está ali a desprezar uma zona que pode ser fortemente aproveitada para desenvolvimento da área paralela de esplanada e de outras actividades que ali existem.

Mas, na sequência da intervenção do Dr. Raul Martins e para mostrar o meu sentimento relativamente à Comunicação do Sr. Presidente, que li com a maior atenção (toda ela, devo dizer), chamaria a atenção para questões tão importantes também como a da página 20 aquilo que está apontado relativamente ao Museu Municipal.

Apontam-se coisas tão importantes como: " Encontra-se em fase final a moldagem das estacas de fundação e no início de execução a lage do pavimento térreo". Mas, mais interessante do que isto (pedia-lhes que passassem à página 39, porque é extraordinário), sobre o título "Desenvolvimento Económico" (julgo poder-me dar ao luxo de lêr tudo) "Decorrem com normalidade os trabalhos de acabamento do mercado de Santiago. Está a decorrer o concurso para obras de beneficiação do mercado Manuel Firmino. Prosseguem as obras do mercado de Santiago prevendo-se a sua conclusão no primeiro trimestre de 1997; após a sua abertura será permitida uma intervenção de requalificação do mercado Manuel Firmino, que se está a preparar. Realizam-se as habituais feiras e mercados de acordo com o calendário".

O mercado Manuel Firmino, tem aqui área de luxo: é citado constantemente com a mesma profundidade com que vem citado nesta página (e em alguns casos até com menos julgo que sem desprimor para o mercado). As obras do mercado Manuel Firmino vem cá escrito quais são:

vejam a página 25 para perceberem bem a questão do Desenvolvimento Económico do Concelho. E lê-se, "Obras de beneficiação do Mercado Manuel Fírmينو: está a decorrer o concurso para beneficiação da cobertura, pinturas exteriores e impermeabilização de terraços sobre as lojas, e tem um prazo previsto de 60 dias".

Isto é, portanto, o nosso Desenvolvimento Económico aqui retratado. Agora, na página 34, sintetizando toda esta Comunicação e na senda da intervenção do meu camarada de bancada Raúl Martins, vou-lhes ler apenas uma das medidas aqui citadas que, para mim, retratam a alma com que li isto tudo e com que fiquei no fim: "Desenho do projecto eléctrico dos balneários da Associação Desportiva da Taboeira".

Vogal Jorge Nascimento:

"Eu li com alguma atenção esta comunicação do Sr. Presidente, e realmente ela reflecte, comparando-a com aquilo que foi aprovado em sede de Plano de Actividades, reflecte que o Plano está em execução e está nas intenções da Câmara. Folgo imenso com as intervenções até aqui da oposição, porque se limitam a uma exegese do texto. Mas em sede de bancada de apoio, do poder, eu folgo imenso porque as objecções da oposição sejam deste teor, porque afinal tudo vai bem neste reino. E vai de facto. Eu reconheço essa faceta da oposição, acho que é honesta quando acha que deve intervir, e há pessoas que gostam de falar por falar. Eu quando era bancário e ia aos plenários do sindicato, achava muita graça, porque toda a gente se inscrevia, e estava-mos lá para resolver problemas de salários, ou progressão profissional, ou condições de higiene no local de trabalho, tudo temas de interesse, e era isso que me movia a minha ida lá. Mas, havia gente que teimava, e então falava de tudo, "o glorioso povo do chile, e não sei quantos" e tal. E nada, absolutamente nada. E eu aqui chego à conclusão que é a mesma coisa. Isto, com todo o respeito que a Assembleia me merece. E devo reiterar a minha opinião de que gosto de humor, mas sinceramente em sede de Assembleia, enfim. Mas a Assembleia gosta de falar, falou, mas pronto. Mas, tem razão para estar calada, porque o Sr. Presidente enunciou aqui uma série de coisas que estão em vias de concretização, e prestigiam o mandato, e não o faz o Sr. Presidente com eleitoralismo. Há coisas que me ficam de determinadas intervenções. Quando se fala, enfim, limpou-se o canal para eleitoralismo. Eu às vezes duvido de alguma racionalidade das coisas. Como é que se prestigia o eleitoralismo a tirar lodos do leito de uma ria? Quando isto é propício a tirar votos afinal. Porquê? Porque ficam lamas no chão, andam camionetas pela Cidade. Isto não me parece que seja manobra de eleitoralismo. Parece-me manobra até, pelo contrário, anti-eleitoralista. Agora, como disse a Câmara, seguir nesta

senda, penso que faz bem. Faz eleitoralismo mas, faz eleitoralismo e deve fazê-lo com obras, porque é assim que no meu entender, modesto, que se ganham eleições, é com obras. Não é a arguir questões de jornal, que afinal ocupa uma Assembleia. Sr^a Vereadora Dr. Maria da Luz Nolasco, que tem a sua opinião sobre construção, "é recuado, é avançado", está bem, eu estou a dizer que a Sr^a Vereadora tem todo o direito de criticar. A Sr^a Vereadora tem todo o direito de exprimir essa opinião nos jornais, onde quiser e isso até vem demonstrar, que estamos perante um poder que é democrático, que abriga a oposição no seu próprio seio. Agora pasmo, quando a oposição, vem arguir um tema desses para ocupar muitas das horas do nosso precioso tempo, podia ser dirigido com outra precuidade. Isso é que é eleitoralismo, mas pela negativa, isso é que é eleitoralismo só pela palavra, pela vervesidade. Enquanto o poder vem fazendo eleitoralismo com obras. Parabéns Câmara. Tenho dito".

Vogal João Barbosa:

" Sr. Presidente eu vou ser breve. É que acho estranho e continuo a lamentar, que em situações de iniciativas, que devíamos ter conhecimento na Freguesia e vimos a ter conhecimento delas, aqui no Plano da Gestão do Património. Eu vou-me referir aqui, em que falou-se muito no Plano Estratégico da Cidade, em que devemos ser uma Cidade solidária. Eu pergunto e questiono: mas se não houver sensibilidade nem conhecimentos reais do que nos rodeia, eu estou convencido que não haverá solidariedade? Aquilo que eu me queria referir, é chamar à atenção novamente, das pequenas solicitações que os Presidentes de Junta são chamados, para poder dar, muitas vezes algumas opiniões que achamos que devia ter interesse para projectos que se fazem. Eu aproveito para ler aqui: "Avenida Dr. Lourenço Peixinho - Medidas Preventivas". Ora, eu acho que devia ser dado conhecimento às Junta de Freguesia, este estudo. E já que a Junta de Freguesia não foi ouvida nem achada para isto, que lhe fizessem chegar o conhecimento destas medidas".

Vogal Manuel António:

"Eu gostava de aproveitar esta comunicação do Sr. Presidente da Câmara, para através deste documento que assume uma colectânea daquilo que os diversos serviços da Câmara têm feito, talvez com responsabilidade dos textos de alguns Vereadores, e por isso, não me questiono tanto quanto à maneira como está escrito, mas sim, às ideias que contém. E é nessa perspectiva que gostava de tecer alguns comentários e pedir alguns esclarecimentos. Gostaria de começar por desporto e fazia uma referência ao Forum Municipal do Desporto, que ocorreu à cerca de um mês. Reconheço que este Forum foi realmente um espaço que era

necessário haver, de debate, reflexão das questões desportivas do Município de Aveiro. Passa entretanto um mês e é preciso dar continuidade a este Forum, senão o Forum não é mais do que realmente um espaço. E foi um espaço, um espaço que pertence ao passado e que tem todas as condições para unir as diversas colectividades. É isso que eu espero, que a Câmara continue a tomar algum protagonismo de juntar as diversas associações, de juntar os diversos clubes para que o desporto em Aveiro possa progredir, como é do interesse de todos. De maneira que, ou se avança já, ou então se calhar, é tarde demais.

Uma outra questão que gostaria de interpelar a Câmara, diz respeito ao Projecto Piloto Experimental de Acção Social do Rendimento Mínimo Garantido. Vejo aqui que os processos recebidos foram vinte e nove, vinte e oito ainda estão em apreciação, parece-me que, vinte e oito famílias com carências a nível económico no Concelho de Aveiro, afinal, é muito pouco. Tanto mais, que isto comparado com outros Concelhos, que têm exactamente o mesmo programa e que têm muito mais processos do que nós aqui em Aveiro. Eu sei que são só três Freguesias. São relativamente poucas Freguesias, mas são freguesias tipo, que têm inúmeras carências. Tem-se falado muito das carências de S. Jacinto, das carências de algumas zonas Esgueira e de algumas famílias de Eixo. Parece-me que vinte e oito processos, são muito poucos e ainda por cima, não temos a certeza se estes todos vão ser deferidos. Gostava de saber, porquê tão poucos? Será que não temos famílias que sejam carênciadas, será que há alguma lacuna a nível de serviços que faça com que estas famílias não tenham recorrido ao rendimento mínimo garantido? Outra questão que gostaria de pôr à consideração da Câmara Municipal, diz respeito: Vem aqui referido, neste documento, o Plano de Ordenamento de Circulação e do Estacionamento da Cidade de Aveiro. Um Plano que se fala à inúmero tempo, há mais de quatro anos que se fala neste Plano. Foi concluída a segunda fase deste estudo. E eu pergunto, e agora, o que é que acontece? Vai haver uma terceira fase e depois uma quarta? Ou já não vai haver mais fase nenhuma e brevemente vem a Assembleia Municipal? Nunca vem à Assembleia Municipal? Não há Plano nenhum? Em que ponto é que nós estamos?

Outra questão diz respeito ao Centro Paroquial da Glória "Domus Ecclesiae". Esta obra já começou há uma eternidade. Na altura em que começou foi encorajada para avançarem, com um compromisso do Presidente da Câmara de então, de dar cem mil contos para que a obra fosse uma realidade. Passou tanto tempo e esta obra continua, apesar de acharmos todos, de que esta obra é imprescindível para acolher alguns dos mais desfavorecidos aqui da zona da Glória, e de gente que circula no centro da Cidade.

Outra questão, a questão de actividades diversas, fala-se do Parque Radical. Acho muito bem que se pense num parque radical, acho muito bem que hajam reuniões preparatórias com as diversas entidades para se fazer um parque radical, acho muito bem que se fale em possíveis localizações. E é aqui que eu gostava de dar a minha contribuição. Eu penso que um parque desta natureza, deve existir num local que seja público, um local que seja frequentado não só pelos mais novos, mas sim, integrar um parque radical numa zona que seja frequentada por todos, por isso eu proponho um lugar movimentado, como por exemplo o Rossio. É aí que eu via um parque radical, um sítio que seja visto por toda a gente, onde possamos integrar pessoas de todas as idades. Por último, gostaria de encerrar com uma pergunta em relação à rubrica Salubridade Higiene e Limpeza. O que é que é feito do material que vai para recircular? Em tempo houve pilhões, deixaram de haver pilhões, há novamente pilhões! O que é que se está a fazer ás pilhas? O que é que se está a fazer ao vidro? O que é que se está a fazer ao papel? Qual é o rendimento que dá a reciclagem deste material? Penso que poderá ser importante, porque poderá dar-nos números que possamos encorajar mais munícipes, a participar nas recolhas selectivas e na reciclagem de material, caso seja isso. Caso a Câmara não saiba o que fazer com o material a reciclar, principalmente pilhas, como já aconteceu no passado, então seria melhor nós estudarmos aqui uma maneira de vermos onde é que poderemos colocar as pilhas num lugar seguro".

Vogal Diogo Machado:

" Sr. Presidente, muito rapidamente, três pequenas notas, porque entendo que as devia fazer. Em primeiro lugar porque fui atleta muitos anos, sei bem, na altura em que o Beira Mar passava por algumas dificuldades, o que era tomar banho ás escuras. E tomei banho algumas vezes. Por isso venho em defesa dos pobres atletas de Tabueira, que merecem, como todos, e também se insere na política de infra-estruturação desportiva, alojamentos e condições condignas para que a sua prática desportiva seja feita com toda a dignidade. Em segundo lugar, para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, através do Sr. Presidente da Assembleia Municipal em exercício, se o levantamento da Igreja do Carmo (porque eu também não dei por que ela tivesse caído) não será um levantamento Arquitectónico. Em terceiro lugar particularizando um pouco a minha intervenção, dizer ao Dr. Raúl Martins, que não era minha intenção apontar-lhe este pequeno reparo, mas o Senhor à pouco também disse intervisse em vez de intervisse. Em quarto lugar, para corroborar a 100% a intervenção do meu colega de bancada, Dr. Jorge Nascimento, e dizer que para nosso gaúdeo, eu vejo seis vogais na bancada do PSD

presentes. Vejo a bancada do PS vazia e vejo este empenho tão grande na discussão da comunicação do Sr. Presidente da Câmara. Que pasmese, pela primeira vez, nos meus poucos anos de Assembleia Municipal, até vi o Sr. Custódio Ramos a tirar uma soneca".

Vogal João Pedro Dias:

" Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, muito rapidamente só para uma intervenção que tem apenas um fim. E esse fim é um fim de marcar uma posição política, como é evidente. Estamos num fórum político e as posições políticas têm que ser marcadas e têm que ser assumidas, ainda que nem que para tal tenham que ser repetidas até à exaustão as vezes que forem necessárias. E é dentro dessa perspectiva que eu gostava de dizer duas coisas: Subscrever em primeiro lugar, a 100% a intervenção do Dr. Jorge Nascimento como é óbvio, a história do "glorioso povo do chile" eu creio que definiu com um brilhantismo lapidar, o teor das primeiras intervenções. Eu creio que as primeiras intervenções que aqui ouvimos, (pelo menos é essa a minha opinião) se pretenderam brincar com coisas sérias, creio que o tiro saíu pela colatra. Porque de hoje para amanhã quando se forem ler as actas desta reunião, eventualmente, quem tiver curiosidade de ler a acta desta reunião, com certeza que vai achar muita graça às primeiras intervenções. Não sei se lhe achará algum conteúdo, eu pelo menos não lhe encontrei nenhum conteúdo. E a posição claramente política que queria marcar, consubstancia-se nesta mensagem. Sr. Presidente da Câmara, enquanto tiver críticas como aquelas que ouviu, continue, porque é a certeza que está no bom caminho. É essa a nossa firme convicção. Em termos políticos, em termos da obra feita, Sr. Presidente, para além dos aspectos formais, continue, que eu creio que a Câmara Municipal está no bom caminho. E esta mensagem, é uma mensagem claramente política que tem que ser vincada, que tem que ser afirmada uma, duas, três vezes por esta bancada, as vezes que forem necessárias".

Vogal Álvaro do Bem:

" Sr. Presidente, na folha 38 sobre a protecção civil, e eu nos últimos tempos tenho sido sensibilizado para as questões do gás e do ambiente. Diz aqui na linha 1: " A nível informativo de sensibilização foi distribuído pontualmente algum material informativo, nomeadamente sobre fugas de gás". Gostaria de saber, se a empresa responsável pela introdução do gás cidade, se tem participado ou não, e eu digo-vos isto, porque há bem pouco tempo a transgás preocupou-se muito na procura de técnicos para a área do gás, e com três anos de existência da Empresa, decidiu agora, de um momento para o outro chatear, o Instituto de

Emprego e Formação profissional para ter técnicos de gás de um momento para o outro. Ou seja, gostava de saber se há ou não cooperação da Empresa em relação a esta Campanha de sensibilização, que eu acho muito importante. As coisas devem ter logo no início um cariz de responsabilidade, e é essa a minha dúvida. Agora a título de aparte, e desculpar-me-á o Dr. Nascimento, não ex-bancário, porque ainda tem os seus vínculos de bancário. E às vezes quando se parodia com algumas coisas, que até foram repetidas pelo Dr. Pedro Dias, sobre o "glorioso povo do chile". Tenho-vos a dizer que, em assembleias de bancários à muito tempo que não se fala nesse tom. A título de esclarecimento, que a organização que foi aqui referida tem um orçamento anual de seis milhões de contos. Para alguns de vós, se calhar, nomear-me-ão nos dedos da mão quantas empresas na nossa zona terão este volume de negócios e Câmaras inclusivé. Em segundo lugar, dir-vos-ei que a dignidade da organização que foi aqui referida, porque a organização e que alguns elementos desta Assembleia fazem parte, tem instalações dignas adquiridas e compradas na Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Portanto, mesmo em título de gracejo, há algumas coisas que a dignidade obriga a que não se brinque com elas".

Vogal Raúl Martins:

" É obvio que eu concordo inteiramente com algumas coisas que foram ditas anteriormente, nomeadamente pela a bancada do poder. E de facto, o Sr. Dr. Jorge Nascimento, entenda que por trás do humor com que eu pretendo levar estas coisas, está efectivamente uma profunda tristeza, daquilo que acontece na Cidade, de passar por algumas ruas que estão perfeitamente intrasitáveis, se não vejamos a rua que passa pelo antigo quartel, que é efectivamente uma coisa do terceiro mundo. Ainda hoje vi, efectivamente, uma coisa que é para todos os Aveirenses que são de cá, que viveram cá, e que gostam de Aveiro, o estado lamentável em que está por exemplo o Lago do Paraíso, que devia ser a menina dos olhos desta Câmara. Parece que rebentaram as últimas marinhas, estamos perante um pântano. O que é que aconteceu ás celebres marinhas da Câmara? Etc, etc... Por chalaça, gostaria de realçar duas coisas. Em primeiro lugar, o fino sentido de humor do meu querido amigo Diogo Machado, quando falou na electrificação dos balneários. E isto passa despercebido, porque mesmo o Sr. Diogo Machado com as suas qualidades de engenharia que toda a gente lhe conhece, não conseguiu discernir naquilo que estava escrito, que obviamente, não é um projecto de electrificação dos balneários. É um projecto de electrificação do campo e um projecto da construção dos balneários. Também gostaria de aqui realçar, a profunda mensagem politica, que aqui foi dada a toda esta Assembleia pelo Sr. Dr. Pedro Dias, que obviamente, nos deu uma fina e

literata mensagem politica a esta Assembleia. Não percebi, mas é óbvio que não posso perceber todas as coisas, tanto mais que sou um rural, aqui no meio destes cérebros urbanos, que obviamente dizem coisas que transcendem toda a minha compreensão".

Vogal Virgínia Veiga:

" Na sequência das intervenções da bancada do poder, para utilizar a expressão que tem aqui sido utilizada, quero dizer que lamento profundamente que uma intervenção que fala e menciona e aliás, até lê, o que está na Comunicação do Sr. Presidente sob o epíteto "Desenvolvimento Económico" se não tem conteúdo, forçosamente, a culpa não é minha. A falta de conteúdo se existiu não tem a ver comigo. Tem a ver com a falta de conteúdo óbvia. E eu, de qualquer forma, regozijo-me que o Sr. Dr. Pedro Dias tenha notado a falta de conteúdo efectivo - não a notou foi do sentido próprio - da Comunicação do Sr. Presidente.

Isto não tem pés nem cabeça e não me permite intervenções de outra natureza que não seja pura e simplesmente repetir. E, fazendo justiça à inteligência das pessoas que aqui estão presentes, obviamente que toda a gente percebeu que se tratava de uma crítica implícita ao modo como está exposta, redigida, quer do ponto de vista da redacção propriamente dita stricto sensu, quer do ponto de vista do conteúdo daquilo que aqui está.

E, já agora, se nesse aspecto nada tenho que me penalize, quanto ao aspecto do conteúdo das minhas intervenções já lamento, por exemplo, que na bancada do poder, as pessoas não estejam mais atentas, não tenham lido atempadamente as intervenções a ponto, por exemplo, de antes mesmo de eu ter que intervir, terem vindo aqui rectificar a questão do "Desenho do projecto eléctrico do balneário da Associação Desportiva da Taboeira", porque antes tinham com certeza detectado um lapso, tinham esclarecido qual era. Seria muito mais frutuosa uma intervenção dessa natureza do que uma intervenção no sentido de não perceber que a falta de conteúdo das coisas não vem de quem intervem com algum humor, com algum humor de certo modo negro.

Gostaria também, já agora, e quase que caía no mesmo erro da bancada do outro lado, de chamar à atenção para o seguinte: a primeira coisa de que falei lamento não terem falado dela, é da questão do arranjo junto à Marginal do Canal de S. Roque e essa passou-lhes despercebida".

Vogal Custódio Ramos:

" O nosso amigo Diogo Machado, quis fazer alguma piada, quando se referiu a mim, que eu que estava a dormir. E eu quero-lhe dizer que lhe pagava seriamente, se o Sr. me conseguisse fazer dormir. Arranje-

me uma música suave, maravilhosa, que eventualmente substitua algum comprimido da farmácia, que me faça dormir, que eu agradeço-lhe profundamente".

Presidente da Câmara:

" A última intervenção do Sr. Dr. Raúl Martins, referiu-se à rua Castro Matoso e rua do Loureiro. Elas estão em obras desde o início desta semana, mas posso-lhe é dizer há quanto tempo está adjudicado, deve haver meses. E foi sob a ameaça da rescisão do contrato, que o empreiteiro acabou por avançar. A discussão entre as duas partes, resultou em elucidação quanto os erros, quanto à parte gráfica, quanto ao levantamento da Igreja. Toda a gente percebeu, se houve falhas, de certo modo peço desculpa.

Quanto ao Centro Paroquial "Domus Ecclesiae", de facto foi um entusiasmo da Câmara. A obra avançou, não sei se com esse compromisso financeiro. Eu sei que tem havido algum atraso em apoio financeiro, vamos apostar em acompanhar mais de perto a construção, porque sabemos que ela tem evoluído e temos de corresponder ao entusiasmo de todos aqueles que para ali contribuírem também. O Plano de Ordenamento e situação de trânsito foi entregue à uma semana a segunda fase, uma semana, quinze dias, está em apreciação pelo serviço, para depois ser apreciado pela Câmara e vir à Assembleia. Quanto ao projecto de rendimento mínimo, eu não posso cabalmente dar-lhe uma resposta, mas eu penso que estes números dizem respeito a Janeiro, Fevereiro. O Sr. João Barbosa, eu penso que nunca faltei com a solidariedade, mas quando detectar que há lapso da Câmara, que se esqueceu de o contactar, pedia-lhe encarecidamente, por um telefonema, dizer vocês vão fazer isto, eu gostava de dar a minha opinião. Faça-o sem cerimónia porque ela é útil e nós gostamos que isso aconteça.

O arranjo do Canal de S. Roque, eu peço muita desculpa por não ter tomado em devida nota aquilo que a Sr^a Dr. Virgínia Veiga disse. Vou dizer o que se está a passar. É um compromisso já antigo, entre a Câmara Municipal a JAE e a JAPA. Aí, o domínio para actuar naquela área, corresponde à JAE e corresponde à JAPA. Mas na altura, há troca naturalmente de outras contrapartidas, fez-se, com a JAE, um protocolo que integrou os nós da 109. O nó da IP5 em Esgueira, o nó Central, o nó Sul. A Câmara assumiu a colocação de iluminação pública, assumiu o tratamento dos tramos, todo aquele verde que se tem mantido, e outras tarefas em permuta pela abertura do nó Central. Porque o nó Central na época não era prioritário em termos do planeamento da JAE. Então também aí ficou incluído o tratamento da área entre o Canal de S. Roque e a IP5. Até porque a Câmara estava interessada. O que fez na 109 está à

vista, o que fez aqui na saída da IP5, também está à vista, mantemos a limpeza, e isto nos domínios, quer da JAPA, quer da JAE. No Canal de S. Roque é complicado. Fez-se ali uma vedação como parque, para arrumação de barcos, depois mais tarde como parque de estacionamento, tamponou o acesso para as bicicletas, há lá umas passagens, mas terá que se melhorar. Chegou a hora de darmos cumprimento ao protocolo, e a Câmara começar a proceder áquelas limpezas. Colocaram-se já algumas palmeiras ou a fazer-se trilhos, passeios, e com certeza, vamos propôr que aquela rede seja substituída por uma rede anti-ruído, para protecção do ruído, que são transparentes, que não afecta a visibilidade, chegá-la um pouco mais para junto da IP5 sem contribuir para que haja perigos, de forma a ficarmos com uma área maior, porque neste momento, a rede no percurso até à Vita-sal tem espaços que nos deixa só até cinco metros. É isto que temos que fazer. É a ver se mantemos aquilo limpo, se podemos qualquer dia passar a ponte Carcavelos e sair à lota, passando por aquele espaço. E também na expectativa de que depois limpo, também os proprietários daqueles terrenos onde estão fábricas destruídas, também tenham alguma motivação para dizer assim: Se isto está limpo, também temos que limpar os nossos terrenos".

Vogal Virgínia Veiga:

" A pergunta concreta em termos extremamente resumidos, era esta: se os arranjos que estão lá a fazer têm em vista uma utilização futura pelos estabelecimentos que há do lado de cá. Portanto, designadamente e em termos mais explícitos se amanhã é permitido que a juventude, que invade e que invadirá futuramente ainda mais aquela zona, possa usufruir também, mesmo nocturnamente, o lado de lá".

Presidente da Câmara:

" ... a utilização pela população que frequenta os restaurantes do lado de cá, e quem sabe, poder vir a frequentar do lado de lá. Isso é possível. Vamos pensar seriamente nisso.

Relativamente à lage dos Museus Municipais, eu toco só neste assunto, por este motivo, é que aquela lage vale muito dinheiro. O empreiteiro quando concorreu não pensou bem nos problemas daquele solo, e tem-se visto ás aranhas para subir. E tal é a satisfação dos serviços, ter-se conseguido já a lage, que até a invocaram aí num sintoma somente de satisfação. Até que enfim já vai surgir a estrutura lá em cima.

Quanto ao Desenvolvimento Económico, o texto não deve ter sido completado de acordo com aquilo que se escreveu. Porque de facto a procura era referir os mercados, aquilo que estamos a fazer em termos de

investimento nos mercados, no alindamento do Mercado Manuel Firmino, que é uma aposta que se começou a fazer de há uns tempos para cá, era referir as zonas industriais, era falar do Plano de Pormenor com certeza, era falar do Turismo, mas houve falha. Numa próxima informação completá-la-emos.

Das obras da Junta de Freguesia eu não lhe posso explicar agora o projecto. O projecto na altura foi apresentado à Junta, foi publicitado na Junta, esteve exposto, bom, não mereceu reparo, esperamos que fique bem. Esperemos que sirva, que fique bem, vamos pelo menos lutar por isso".

Vogal Joaquim Abreu:

" Gostaria de dar um esclarecimento acerca do rendimento mínimo garantido. O projecto é um projecto experimental que abrange três Freguesias: S. Jacinto, Esgueira e Eixo. O projecto é debaixo do sistema de pareceria e entram várias entidades neste projecto, que é : a Câmara Municipal de Aveiro, o Centro Regional de Segurança Social, a Junta de Freguesia, as Instituições Particulares de Solidariedade Social existentes no local, em Eixo é o caso da Associação de melhoramentos de Eixo, o Centro Infantil de Eixo, o Centro de Saúde de Aveiro, a Unidade de Saúde de Eixo, o CAI, Ensino Recorrente, o Centro de Emprego, etc, etc, etc. O projecto em si baseia-se numa Lei que limita, é muito limitativa. Por conseguinte pessoas até vinte contos é que poderão ser abrangidas, que tenham rendimentos até vinte contos. Ora, como sabemos as pensões sociais são sempre para cima de vinte contos. Além disso há um encaminhamento de diversos casos que aparecem de alcoolismo, toxicodependência, emprego, saúde, etc. Se as pessoas estão na disposição de aceitar esses encaminhamentos, efectivamente poderão ser abrangidas pelo rendimento mínimo garantido. Caso não aceitem, e em Eixo temos alguns casos, não podem receber o rendimento mínimo garantido. Eu entendo que não deve ser só dar dinheiro às pessoas, é preciso fazer um reinserção social. Em Eixo, por exemplo, contratámos uma assistente social que, em estreita colaboração com o Centro Regional, tem vindo a desenvolver um trabalho muito útil na Freguesia. Presentemente temos cerca de trinta casos abrangidos e outros estão em estudo".

Vereador Tenente Coronel Albuquerque Pinto:

" Sobre o Plano de trânsito já o Sr. Presidente se referiu, não tenho mais nada a referir sobre essa matéria. Sobre a recolha selectiva para o Sr. Dr. Manuel António, eu direi que ela está a acontecer, não a

100% como seria desejável, porque é processo difícil, o da informação e da passagem da mensagem para os utentes sobre esta recolha selectiva. O material que está a ser recolhido, garrafas, vidros e papel, está a ser vendido. Sobre a recolha selectiva do vidro e do papel, pensamos que dentro de muito pouco tempo vai acontecer uma substancial melhoria, na medida em que, a empresa do Estado, que vai tomar conta dos aterros sanitários, vai também lançar campanhas televisivas, sobre esta matéria da recolha selectiva dos materiais. E portanto, isso julgo que vai ajudar não só esta Câmara, como todas. De resto, já começou na televisão alguns spots sobre essa matéria. Os pilhões, houve de facto, um período de dificuldade na importação desse equipamento, neste momento está a ser posicionado. As pilhas são recolhidas e entregues à empresa que está a fazer a recolha, e o destino final será os próprios fabricantes de pilhas.

Quanto à protecção civil, informação sobre o manuseamento do gás. De facto não temos qualquer relação com a Lusitânia Gás, nem com qualquer outra empresa, todo o material que vem desse e de outras áreas é fornecido pelo Serviço Nacional de Protecção Civil, directamente do Serviço Nacional de Protecção Civil. Essa matéria, como outras, são de facto assim que nós as conhecemos, através de publicações".

Vogal Álvaro do Bem:

" No seguimento do esclarecimento sobre a protecção civil, queria deixar explícito nesta Assembleia, que a colaboração que a Câmara tem tido com a empresa responsável pela comercialização do gás, já que existem protocolos de trabalho entre a Câmara, porque existe, de facto existe. E quando disse que a Cidade estava escavacada em relação à instalação de gás, podia-se aproveitar essa consonância em relação às obras, e porque já se está a verificar que a relação preço utilizador, que são os particulares, não vamos falar das empresas, porque há uma grande pressa da empresa em colocar o gás nas empresas, mas não há pressa em entregar o gás aos municípios. Era bom que a empresa, já que entende arrecadar lucros rapidamente, que invista na informação, não na informação comercial como está a fazer agora, mas que invista já na informação em relação à protecção civil".

Dado o adiantado da hora e não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrada a presente reunião.

Eram 01.00 da manhã do dia 28.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que, no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.



Manuel António de Sousa Dias

António de Sousa Dias, Cordeiro